TESOURONACIONAL

Julho/2012
Vol. 18, N. 7

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Agosto/2012

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE
Debora Peters

SUBSECRETÁRIOS
Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE
Alexandre Bueno Damado
Bruno de Sousa Simões
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Gregório Diniz
Guilherme Ceccato
Janet Maria Pereira
Karla de Lima Rocha

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 18, n. 7 (jul. 2012). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....5

Receitas do Tesouro Nacional.....7

Transferências do Tesouro Nacional.....11

Despesas do Tesouro Nacional.....13

Previdência Social.....18

Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....21

Dívida Interna Líquida.....22

Dívida Externa Líquida.....25

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....5

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....6

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....7

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....10

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios.....11

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....12

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central.....13

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....14

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....15

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....16

Tabela 11 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....17

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....17

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social.....18

Tabela 14 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....19

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....20

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional.....21

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....22

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....23
Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....23
Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....24
Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....25
Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....25

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar....17
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência....19
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....21

Resultado Fiscal do Governo Central

Em julho de 2012, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 4,0 bilhões, contra R$ 1,1 bilhão em junho de 2012. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 6,6 bilhões, enquanto que a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R$ 2,6 bilhões e R$ 34,6 milhões, respectivamente.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	80.032,2	88.359,8	10,4%	570.151,1	610.112,9	7,0%
Receitas do Tesouro	58.188,0	65.785,8	13,1%	438.858,0	460.359,5	4,9%
Receitas da Previdência Social	21.631,9	22.284,0	3,0%	129.867,8	148.123,8	14,1%
Receitas do Banco Central	212,3	290,1	36,6%	1.425,3	1.629,6	14,3%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.445,8	11.474,3	-14,7%	98.884,1	105.637,7	6,8%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	66.586,3	76.885,6	15,5%	471.267,0	504.475,2	7,0%
IV. DESPESA TOTAL	65.472,5	72.896,3	11,3%	403.931,9	452.569,6	12,0%
Despesas do Tesouro	40.791,3	47.706,7	17,0%	250.587,1	279.352,4	11,5%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	24.389,2	24.865,0	2,0%	151.478,7	171.264,1	13,1%
Despesas do Banco Central	292,0	324,6	11,2%	1.866,1	1.953,1	4,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.113,8	3.989,3	258,2%	67.335,1	51.905,5	-22,9%
Tesouro Nacional	3.950,8	6.604,8	67,2%	89.386,8	75.369,4	-15,7%
Previdência Social (RGPS)	-2.757,3	-2.581,0	-6,4%	-21.610,9	-23.140,4	7,1%
Banco Central [3]	-79,7	-34,6	-56,7%	-440,8	-323,5	-26,6%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				2,86%	2,06%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Governo Central, em julho de 2012, foi superavitário em R$ 4,0 bilhões, contra superávit de R$ 1,1 bilhão, em junho de 2012.

As receitas do Governo Central apresentaram acréscimo de R$ 8,3 bilhões (10,4%), passando de R$ 80,0 bilhões em junho de 2012, para R$ 88,4 bilhões em julho de 2012. Esse comportamento decorreu, principalmente, dos aumentos de R$ 6,0 bilhões (95,4%) na arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional, e de R$ 2,1 bilhões (8,8%) nas receitas de contribuições.

Em relação às despesas, verificou-se aumento de R$ 7,4 bilhões (11,3%) em relação a junho, sobretudo em virtude do acréscimo de R$ 5,0 bilhões (176,7%) nas despesas de Abono e Seguro Desemprego do FAT e de R$ 2,5 bilhões (19,7%) nas despesas discricionárias.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões

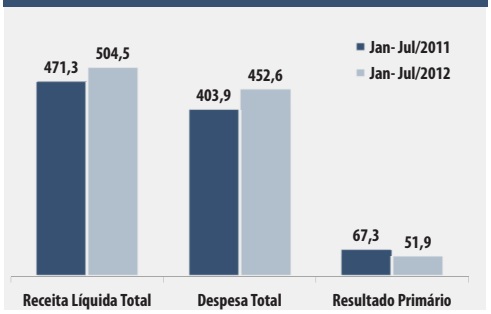
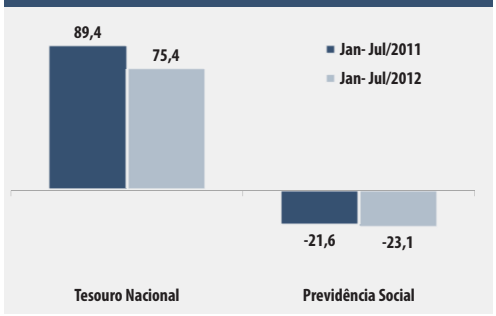


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central foi de R$ 51,9 bilhões, contra R$ 67,3 bilhões apurado no mesmo período de 2011.

Comparativamente ao acumulado até julho de 2011, houve redução de R$ 15,4 bilhões no superávit apurado. Esse comportamento reflete o decréscimo de R$ 14,0 bilhões no superávit do Tesouro Nacional, o aumento de R$ 1,5 bilhão no déficit da Previdência Social e a redução de R$ 117,3 milhões no déficit do Banco Central.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R$ 40,0 bilhões (7,0%) relativamente ao acumulado até julho de 2011. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo incremento nas receitas da Previdência Social (R$ 18,3 bilhões), pelo crescimento na arrecadação de impostos (sobretudo em função do crescimento de R$ 5,4 bilhões em IRRF e de R$ 3,1 bilhões em IRPJ), de contribuições (acréscimo de R$ 7,4 bilhões na Cofins e de R$ 2,2 bilhões no PIS/Pasep), da cota parte de compensações financeiras (crescimento de R$ 4,0 bilhões) e das receitas diretamente arrecadadas (crescimento de R$ 3,8 bilhões). Por outro lado, houve redução de R$ 2,5 bilhões na arrecadação da CIDE e de R$ 2,5 bilhões na CSLL.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 6,8 bilhões (6,8%) no período de janeiro a julho de 2012 em virtude, principalmente, do aumento observado nas transferências constitucionais (R$ 3,8 bilhões) e no repasse de royalties de exploração de petróleo e gás natural (R$ 2,9 bilhões).

Relativamente ao mesmo período do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R$ 48,6 bilhões (12,0%) destacando-se os incrementos de R$ 25,3 bilhões (17,5%) nas despesas de Custeio e Capital e de R$ 19,8 bilhões (13,1%) nas despesas da Previdência Social.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan - Jul	
	2011	2012
GOVERNO CENTRAL	2,86%	2,06%
Tesouro Nacional	3,80%	2,99%
Previdência Social	-0,92%	-0,92%
Banco Central	-0,02%	-0,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
I. RECEITA TOTAL	80.032,2	88.359,8	10,4%	570.151,1	610.112,9	7,0%
I.1. Receitas do Tesouro	58.188,0	65.785,8	13,1%	438.858,0	460.359,5	4,9%
Receita Bruta [2]	60.978,0	69.294,1	13,6%	445.706,0	469.974,2	5,4%
Impostos	30.531,6	30.714,5	0,6%	208.928,6	223.824,3	7,1%
IR	21.933,6	21.998,2	0,3%	150.665,7	161.057,3	6,9%
IPI	3.395,0	3.467,0	2,1%	26.300,5	27.043,8	2,8%
Outros	5.203,0	5.249,3	0,9%	31.962,5	35.723,2	11,8%
Contribuições	24.139,6	26.255,1	8,8%	168.591,2	175.845,6	4,3%
COFINS	14.540,1	14.490,5	-0,3%	89.592,4	96.947,6	8,2%
CSLL	3.290,4	5.826,5	77,1%	39.044,2	36.545,1	-6,4%
Pis/Pasep	3.894,8	3.835,2	-1,5%	23.919,2	26.109,7	9,2%
CIDE-Combustíveis	426,9	224,1	-47,5%	5.265,3	2.733,6	-48,1%
Outras	1.987,4	1.878,8	-5,5%	10.770,1	13.509,6	25,4%
Demais	6.306,7	12.324,5	95,4%	68.186,2	70.304,3	3,1%
Cota parte de compensações financeiras	1.600,9	5.467,4	241,5%	18.844,8	22.865,2	21,3%
Diretamente arrecadadas	3.073,3	3.060,7	-0,4%	19.789,3	23.574,3	19,1%
Concessões	12,9	54,7	325,5%	1.766,9	859,2	-51,4%
Dividendos	183,5	2.339,9	1175,1%	11.798,5	10.296,8	-12,7%
Outras	1.436,2	1.401,7	-2,4%	15.986,7	12.708,7	-20,5%
(-) Restituições	-2.790,0	-3.508,4	25,7%	-6.699,8	-9.477,4	41,5%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-148,3	-137,3	-7,4%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	21.631,9	22.284,0	3,0%	129.867,8	148.123,8	14,1%
Receitas da Previdência Social - Urbano	21.123,6	21.836,6	3,4%	126.884,4	144.897,3	14,2%
Receitas da Previdência Social - Rural	508,3	447,4	-12,0%	2.983,4	3.226,5	8,1%
I.3. Receitas do Banco Central	212,3	290,1	36,6%	1.425,3	1.629,6	14,3%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

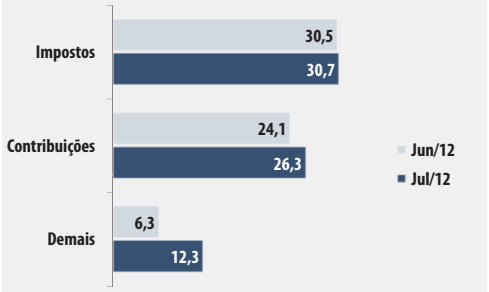
As receitas de impostos e contribuições apresentaram crescimento de 0,6% e 8,8%, respectivamente, relativamente ao mês anterior, em função sobretudo, de fatores sazonais.

Receitas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 8,3 bilhões (13,6%), passando de R$ 61,0 bilhões, em junho, para R$ 69,3 bilhões, em julho de 2012. Este comportamento é explicado pelo aumento de R$ 6,0 bilhões (95,4%) em demais receitas e de R$ 2,1 bilhões (8,8%) em Contribuições.

Em julho, as receitas de impostos federais totalizaram R$ 30,7 bilhões e as de contribuições R$ 26,3 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R$ 2,3 bilhões (4,2%) em relação aos valores apurados em junho. Essa evolução reflete, sobretudo:

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional
Brasil - 2012 - R$ Bilhões



i) crescimento de R$ 4,3 bilhões (70,8%) e de R$ 2,5 bilhões (77,1%) na arrecadação de IRPJ e CSLL respectivamente, devido ao pagamento em julho, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSSL referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho; e

ii) decréscimo de R$ 4,3 bilhões (68,8%) na arrecadação de IRRF – Rendimentos de Capital, devido ao recolhimento semestral, realizado em junho, deste tributo em conformidade com a Lei nº 10.892/04, sem correspondência em julho.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram acréscimo de R$ 6,0 bilhões (95,4%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

i) crescimento de R$ 3,9 bilhões (241,5%) em cota parte de compensações financeiras decorrente do recolhimento trimestral do pagamento da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e

ii) aumento de R$ 2,2 bilhões na arrecadação de dividendos.

Receitas do Tesouro Nacional

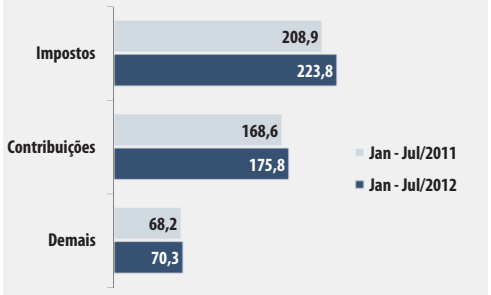
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com os primeiros sete meses de 2011, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 24,3 bilhões (5,4%), passando de R$ 445,7 bilhões para R$ 470,0 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

i) crescimento de R$ 3,1 bilhões (4,7%) no IRPJ e decréscimo de R$ 2,5 bilhões (6,4%) na CSLL, explicado, principalmente, pela redução da lucratividade das empresas em 2012 em relação à 2011. O decréscimo na CSLL decorreu, principalmente, de pagamento em julho de 2011, de débitos em atraso no valor de R$ 5,8 bilhões, sem correspondência em julho de 2012;

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



ii) incremento de R$ 7,4 bilhões (8,2%) na Cofins e de R$ 2,2 bilhões (9,2%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 6,6% do volume de vendas de dezembro de 2011 a junho de 2012 em relação a dezembro de 2010 a junho de 2011 (PMC-IBGE), bem como ao acréscimo de R$ 1,6 bilhão na arrecadação de PIS/Cofins importação em relação a 2011;

iii) crescimento de R$ 5,4 bilhões (7,7%) no IRRF, devido, especialmente à elevação de R$ 3,5 bilhões (8,6%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente da variação da massa salarial e da correção da tabela progressiva em 4,5% a partir de janeiro de 2012;

iv) aumento de R$ 3,0 bilhões (20,8%) no Imposto de Importação - II e IPI Vinculado à Importação, decorrente principalmente da conjugação das elevações de 4,1% no valor em dólar (volume) das importações, de 9,1% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado, de 16,6% na taxa média de câmbio e da redução de 1,0% na alíquota média efetiva do Imposto de Importação; e

v) incremento de R$ 743,3 milhões (2,8%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: a) IPI – Automóveis, influenciado pelas alterações da tabela de incidência do IPI-Automóveis para os fatos geradores de maio a julho de 2012 e sua aplicação ao estoque de veículos ainda não negociados e pela redução de 3,9% no volume de vendas ao mercado interno, assim como pelo acréscimo de R$ 388 milhões nos montantes de compensações no período

Nos primeiros sete de 2012, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de 5,4% em relação ao ano anterior, refletindo o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária.

de janeiro a junho de 2012 quando comparados com o mesmo período em 2011; e b) IPI – Outros, devido ao decréscimo de 3,5% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2011 a junho de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, desoneração de produtos da linha branca, conforme Decreto nº 7.631/2011 e de produtos do setor de móveis, conforme Decreto nº 7.705/12, assim como pela reclassificação, por estimativa, de R$ 186 milhões, de janeiro a abril de 2012, em relação à igual período de 2011.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 2,1 bilhões (3,1%), em relação aos primeiros sete meses de 2011, decorrente dos seguintes fatores:

No acumulado do ano, houve aumento de R$ 4,0 bilhões na arrecadação da cota parte de compensações financeiras em relação ao ano anterior.

i) aumento de R$ 4,0 bilhões (21,3%) em cota parte de compensações financeiras e crescimento de R$ 3,8 bilhões (19,1%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações;

ii) decréscimo de R$ 3,5 bilhões em outras receitas, devido ao recolhimento, em junho de 2011, no valor de R$ 6,7 bilhões, em decorrência da consolidação/ antecipação de parcelas de débitos do parcelamento especial previsto na Lei nº 11.941/2009 contra R$ 1,2 bilhão no mesmo mês de 2012. Destaca-se que o resultado é impactado negativamente pela reclassificação, por estimativa, nos meses de janeiro e abril de 2012 (montante de R$ 1,0 bilhão superior à 2011), além da reclassificação, de forma definitiva, dos recolhimentos da Lei nº 11.941/09, a partir do mês de junho /12; e

iii) comparativamente a 2011, a arrecadação de dividendos reduziu R$ 1,5 bilhão (12,7%) em 2012.

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan - Jul	
	2011	2012
RECEITA BRUTA [1]	18,94%	18,66%
Impostos	8,88%	8,89%
IR	6,40%	6,39%
IPI	1,12%	1,07%
Outros	1,36%	1,42%
Contribuições	7,17%	6,98%
COFINS	3,81%	3,85%
CSLL	1,66%	1,45%
Pis/Pasep	1,02%	1,04%
CIDE-Combustíveis	0,22%	0,11%
Outras	0,46%	0,54%
Demais	2,90%	2,79%
Cota parte de compensações financeiras	0,80%	0,91%
Diretamente arrecadadas	0,84%	0,94%
Concessões	0,08%	0,03%
Dividendos	0,50%	0,41%
Outras	0,68%	0,50%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	13.445,8	11.474,3	-14,7%	98.884,1	105.637,7	6,8%
Transferências Constitucionais	11.339,2	8.534,6	-24,7%	75.770,0	79.572,5	5,0%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	162,5	162,5	0,0%	1.137,5	1.137,5	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	320,8	-	1.520,1	1.060,9	-30,2%
Demais Transferências	1.944,1	2.456,4	26,4%	20.456,5	23.866,8	16,7%
Salário Educação	739,8	696,7	-5,8%	4.536,9	5.227,1	15,2%
Royalties	1.188,4	1.134,3	-4,6%	9.612,9	12.497,1	30,0%
Fundef/Fundeb	0,0	606,9	-	6.158,8	5.989,2	-2,8%
Outras	15,8	18,5	16,8%	147,9	153,4	3,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

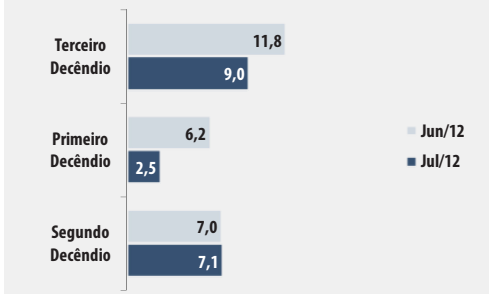
Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R$ 2,0 bilhões (14,7%), totalizando R$ 11,5 bilhões, contra R$ 13,4 bilhões no mês anterior. Esse comportamento resulta de:

i) redução de R$ 2,8 bilhões (24,7%) frente a junho nas transferências constitucionais, como impacto da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de junho, com reflexo nas transferências de julho; e

ii) aumento de R$ 606,9 milhões nas transferências ao Fundeb, conforme cronograma de pagamentos estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1.809/2011.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2012 - R$ Bilhões



As transferências a Estados e Municípios apresentaram redução de R$ 2,0 bilhões (14,7%) em julho de 2012, frente ao mês anterior devido à diminuição das transferências constitucionais.

Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Nos primeiros sete meses de 2012, as transferências apresentaram aumento de 6,8%, passando de R$ 98,9 bilhões em 2011 para R$ 105,6 bilhões este ano.

No comparativo dos primeiros sete meses de 2012 contra o mesmo período de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 6,8 bilhões (6,8%), elevando-se de R$ 98,9 bilhões em 2011 para R$ 105,6 bilhões em 2012. As principais variações no período foram:

i) aumento de R$ 3,8 bilhões (5,0%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas; e

ii) incremento de R$ 2,9 bilhões (30,0%) nas transferências de royalties de petróleo advindos do aumento dos repasses de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

% PIB

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan - Jul	
	2011	2012
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,20%	4,19%
Transferências Constitucionais	3,22%	3,16%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,05%	0,05%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,06%	0,04%
Demais Transferências	0,87%	0,95%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação do Resultado	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
I. DESPESA TOTAL	65.472,5	72.896,3	11,3%	403.931,9	452.569,6	12,0%
I.1. Despesas do Tesouro	40.791,3	47.706,7	17,0%	250.587,1	279.352,4	11,5%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	14.766,1	18.199,6	23,3%	104.388,4	107.724,3	3,2%
Custeio e Capital	25.849,7	29.260,0	13,2%	144.977,1	170.295,8	17,5%
Despesa do FAT	2.837,3	7.813,6	175,4%	19.607,4	22.002,9	12,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	756,9	612,6	-19,1%	6.532,1	8.450,8	29,4%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	2.459,0	2.475,2	0,7%	14.365,7	17.013,0	18,4%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	19.796,4	18.358,5	-7,3%	104.471,8	122.829,2	17,6%
Outras Despesas de Custeio	13.208,5	12.434,1	-5,9%	74.521,8	84.071,6	12,8%
Outras Despesas de Capital [5]	6.587,9	5.924,4	-10,1%	29.950,0	38.757,6	29,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	175,5	247,1	40,8%	1.221,6	1.332,2	9,1%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	24.389,2	24.865,0	2,0%	151.478,7	171.264,1	13,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	18.894,4	19.272,9	2,0%	118.315,1	132.662,4	12,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.494,8	5.592,1	1,8%	33.163,6	38.601,7	16,4%
I.3. Despesas do Banco Central	292,0	324,6	11,2%	1.866,1	1.953,1	4,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei nº 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 47,7 bilhões, representando um acréscimo de R$ 6,9 bilhões (17,0%) em relação a junho de 2012. Esse aumento decorreu principalmente do acréscimo de R$ 3,4 bilhões nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais e aumento de R$ 3,4 bilhões nas despesas de Custeio e Capital.

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2012 - R$ Bilhões

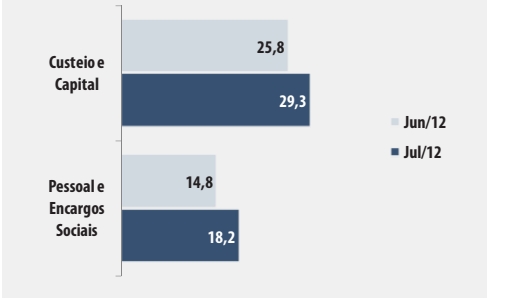
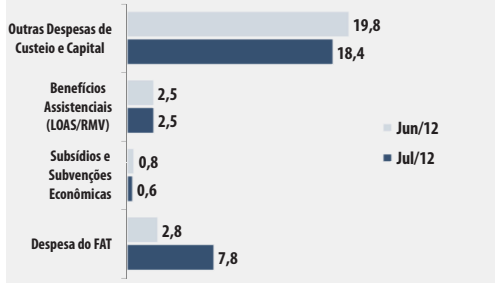


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2012 - R$ Bilhões



As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 18,2 bilhões no mês frente a R$ 14,8 bilhões em junho de 2012. Cumpre destacar que os gastos com pessoal foram impactados no mês de julho em virtude do adiantamento de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

As despesas discricionárias apresentaram aumento de R$ 2,5 bilhões (19,7%) frente ao mês anterior.

As despesas de Custeio e Capital aumentaram R$ 3,4 bilhões (13,2%) em relação ao mês anterior. Este comportamento deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 5,0 bilhões (175,4%) nas despesas do FAT decorrente do pagamento do abono salarial que observa o calendário referente ao exercício 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat n° 668/2011; e

i) decréscimo de R$ 1,4 bilhão (7,3%) em Outras Despesas de Custeio e Capital, decorrente principalmente dos seguintes fatores: a) redução de R$ 2,7 bilhões (61,6%) na execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; b) decréscimo de R$ 1,2 bilhão (94,4%) nos desembolsos com precatórios e sentenças judiciais; e c) acréscimo de R$ 2,5 bilhões (19,7%) nas despesas discricionárias.

R$ Milhões

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2012

Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %
Precatórios e Sentenças	1.225,7	69,1	-94,4%
Legislativo	106,6	125,8	18,1%
Judiciário	567,4	567,9	0,1%
Crédito Extraordinário [1]	283,6	209,0	-26,3%
PAC [2]	4.420,1	1.699,5	-61,6%
Outras [3]	491,8	484,5	-1,5%
Discricionárias	12.701,2	15.202,6	19,7%
Min. da Saúde	4.926,7	5.092,5	3,4%
Min. do Des. Social	2.060,9	2.016,2	-2,2%
Min. da Educação	2.033,2	3.735,3	83,7%
Min. da Defesa	1.294,8	1.283,7	-0,9%
Min. da Ciência e Tec.	391,6	511,7	30,7%
Min. do Des. Agrário	224,9	99,1	-55,9%
Min. da Justiça	180,4	340,1	88,5%
Min. da Previdência	133,0	150,3	13,0%
Min. dos Transportes	103,6	57,1	-44,9%
Min. das Cidades	103,3	212,0	105,1%
Demais	1.248,8	1.704,6	36,5%
Total	**19.796,4**	**18.358,5**	**-7,3%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 28,8 bilhões (11,5%) em relação aos primeiros sete meses de 2011, destacando-se as variações de R$ 25,3 bilhões (17,5%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R$ 3,3 bilhões (3,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais. Cumpre destacar que, em percentual do PIB, houve decréscimo de 0,16 p.p. do PIB nas despesas de pessoal.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões

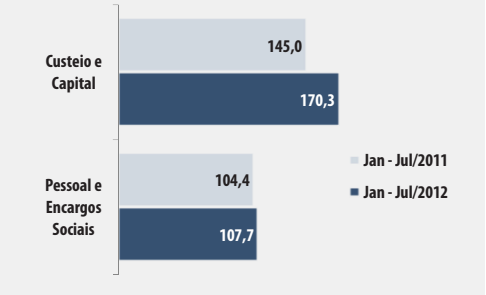
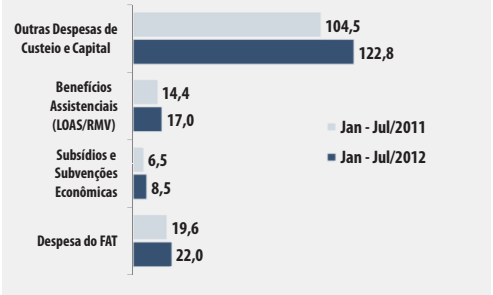


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan - Jul		Variação %
	2011	2012	
Precatórios e Sentenças	2.391,6	2.969,7	24,2%
Legislativo	725,3	803,7	10,8%
Judiciário	3.201,8	3.861,2	20,6%
Crédito Extraordinário [1]	3.393,9	1.272,8	-62,5%
PAC [2]	14.868,7	20.317,8	36,6%
Outras [3]	875,8	2.908,7	232,1%
Discricionárias	79.014,8	90.695,2	14,8%
Min. da Saúde	32.382,0	36.107,6	11,5%
Min. do Des. Social	10.981,2	13.489,2	22,8%
Min. da Educação	12.039,3	15.081,6	25,3%
Min. da Defesa	7.101,5	7.194,5	1,3%
Min. da Ciência e Tec.	2.361,3	2.761,0	16,9%
Min. do Des. Agrário	963,5	1.075,5	11,6%
Min. da Justiça	1.537,4	1.426,3	-7,2%
Min. da Previdência	1.128,3	1.121,8	-0,6%
Min. dos Transportes	593,9	597,9	0,7%
Min. das Cidades	475,0	718,4	51,3%
Demais	9.451,4	11.121,5	17,7%
Total	**104.471,8**	**122.829,2**	**17,6%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

O aumento de R$ 25,3 bilhões observados nos gastos com Custeio e Capital, quando comparados ao mesmo período de 2011, pode ser explicado por:

i) crescimento de R$ 18,4 bilhões (17,6%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital. As variações mais significativas foram: a) aumento de R$ 11,7 bilhões (14,8%) nas despesas discricionárias; b) crescimento de R$ 5,4 bilhões (36,6%) nas despesas do PAC; e c) redução de R$ 2,1 bilhões (62,5%) nos desembolsos relativos a créditos extraordinários. Nas discricionárias, as maiores variações foram observadas nos gastos do Ministério da Saúde, com aumento de R$ 3,7 bilhões (11,5%); do Ministério

Nos sete primeiros meses de 2012, as despesas com pessoal e encargos sociais reduziram 0,16 p.p. do PIB em relação a igual período de 2011, atingindo 4,28% do PIB em 2012 ante 4,44% do PIB em 2011.

No acumulado do ano, os gastos com investimentos do PAC apresentaram incremento de R$ 5,4 bilhões (36,6%) em relação ao mesmo período de 2011.

da Educação, com incremento de R$ 3,0 bilhões (25,3%); e do Ministério do Desenvolvimento Social, com aumento de R$ 2,5 bilhões (22,8%);

ii) incremento de R$ 2,6 bilhões (18,4%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação é explicada pelo aumento de 5,2% na quantidade de benefícios emitidos e pelos reajustes de 5,9% e de 14,1% do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012, respectivamente;

iii) aumento de R$ 2,4 bilhões (12,2%) nas despesas do FAT, justificadas principalmente pelo reajuste de 14,13% no valor do benefício do Seguro Desemprego (Resolução Codefat n° 685/2011); e

R$ Milhões

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas [1]
Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan - Jul	
	2011	2012
Agricultura	3.581,2	4.816,2
Custeio Agropecuário	488,2	1.282,7
Investimento Rural	39,8	68,2
Preços Agrícolas	144,5	768,5
EGF	42,0	172,8
AGF	-503,6	335,7
Sustent. de preços	606,0	260,0
Pronaf	2.152,9	2.247,1
Pesa	532,1	177,9
Álcool	0,0	0,7
Cacau	0,1	0,4
Fundo da Terra/Incra	153,4	176,3
FUNCAFÉ	44,6	43,8
Revitaliza	25,7	50,5
Outros	596,8	1.261,1
PSI	429,0	751,7
Op. Microcredito (EQMPO)	0,0	190,3
FND	0,0	-34,1
Exportação (Proex)	167,8	157,7
Itaipu[2]	0,0	195,5
Total	**4.178,0**	**6.077,3**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

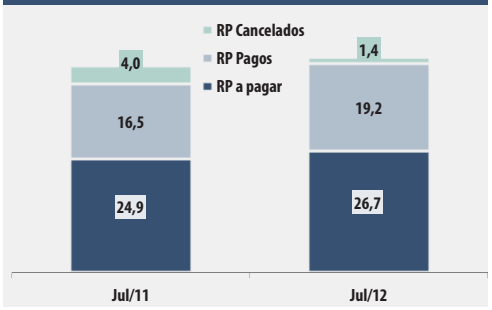
iv) aumento de R$ 1,9 bilhão (29,4%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, alcançando R$ 8,5 bilhões no acumulado até julho de 2012, contra R$ 6,5 bilhões no mesmo período de 2011. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas: a) Programa Aquisição do Governo Federal - AGF (crescimento de R$ 839,3 milhões); b) Custeio Agropecuário (crescimento de R$ 794,5 milhões); e c) Programa de Sustentação do Investimento - PSI (crescimento de R$ 322,7 milhões).

Os dispêndios com a folha salarial registraram decréscimo de 0,16 p.p do PIB, passando de 4,44% em 2011 para 4,28% do PIB em 2012. Em termos nominais, houve crescimento de R$ 3,3 bilhões (3,2%), passando de R$ 104,4 bilhões em 2011, para R$ 107,7 bilhões em 2012. Cumpre destacar que houve redução no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R$ 1,2 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até julho de 2012, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R$ 19,2 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente,

nos Ministérios da Educação (R$ 4,7 bilhões), da Saúde (R$ 4,6 bilhões), da Defesa (R$ 2,6 bilhões) e da Ciência e Tecnologia (R$ 1,3 bilhão).

Gráfico 10. Execução de Restos a Pagar
Brasil - 2011/2012 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 11- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano
Brasil - 2007 /2012

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
Jan-Jul/07	2.530.315,1	-	1.214.965,9	-	1.315.349,3	-
Jan-Jul/08	2.756.897,3	9,0%	1.332.093,6	9,6%	1.424.803,7	8,3%
Jan-Jul/09	3.008.563,0	9,1%	1.463.163,3	9,8%	1.545.399,7	8,5%
Jan-Jul/10	3.241.330,9	7,7%	1.566.142,3	7,0%	1.675.188,6	8,4%
Jan-Jul/11	3.464.730,9	6,9%	1.644.664,1	5,0%	1.820.066,7	8,6%
Jan-Jul/12	3.644.682,4	5,2%	1.704.237,6	3,6%	1.940.444,9	6,6%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 12 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan - Jul	
	2011	2012
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	10,65%	11,09%
Pessoal e Encargos Social	4,44%	4,28%
Custeio e Capital	6,16%	6,76%
Despesas do FAT	0,83%	0,87%
Subsídios e Subvenções [1]	0,28%	0,34%
LOAS/RMV	0,61%	0,68%
Outras	4,44%	4,88%
Transferências ao Bacen	0,05%	0,05%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

Em julho de 2012, a Previdência Social registrou déficit de R$ 2,6 bilhões contra déficit de R$ 2,8 bilhões em junho.

R$ Milhões

Tabela 13 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	21.631,9	22.284,0	3,0%	129.867,8	148.123,8	14,1%
Arrecadação Bruta	24.011,0	24.607,4	2,5%	145.241,5	165.872,7	14,2%
Contribuição Previdenciária	21.611,5	21.943,4	1,5%	130.694,3	149.180,2	14,1%
Simples	2.208,5	2.463,6	11,5%	13.161,0	15.295,8	16,2%
CFT	30,5	27,6	-9,4%	247,3	188,7	-23,7%
Depósitos Judiciais	150,7	164,5	9,2%	1.067,7	1.142,1	7,0%
Refis	9,8	8,3	-15,5%	71,2	66,0	-7,3%
(-) Restituição/Devolução	-71,2	-37,0	-48,1%	-412,3	-536,1	30,0%
(-) Transferências a Terceiros	-2.308,0	-2.286,4	-0,9%	-14.961,4	-17.212,9	15,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	24.389,2	24.865,0	2,0%	151.478,7	171.264,1	13,1%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.757,3	-2.581,0	-6,4%	-21.610,9	-23.140,4	7,1%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,92%	-0,92%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em julho de 2012, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 2,6 bilhões, contra um déficit de R$ 2,8 bilhões em junho. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) aumento de R$ 652,1 milhões (3,0%) na arrecadação líquida frente aos ingressos líquidos de junho de 2012, totalizando R$ 22,3 bilhões; e

ii) acréscimo de R$ 475,8 milhões (2,0%) nas despesas com benefícios que alcançaram o valor de R$ 24,9 bilhões em julho de 2012.

Previdência Social
Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

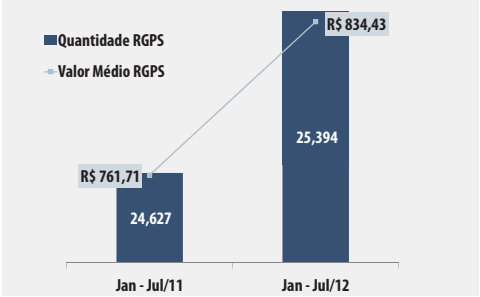
Em relação aos primeiros sete meses do ano anterior, o déficit previdenciário permaneceu em 0,92% do PIB. Em termos nominais, o aumento registrado no déficit foi de R$ 1,5 bilhão (7,1%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 18,3 bilhões (14,1%), devido ao crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 19,8 bilhões (13,1%) comparativamente aos primeiros sete meses de 2011 devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 72,72 (9,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e

ii) elevação de 766,6 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Gráfico 11. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2011/2012 - Média



No estoque de benefícios de 2012, comparado ao de 2011, destacam-se os aumentos de 558,1 mil aposentadorias (3,5%), de 169,5 mil pensões por morte (2,5%) e 23,5 mil benefícios de auxílio-doença (1,7%).

Nos sete primeiros meses deste ano, o déficit da previdência permaneceu estável em 0,92% do PIB comparativamente ao mesmo período do ano passado.

Em mil benefícios

Tabela 14 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jan - Jul		Variação %
				2011	2012	
BENEFÍCIOS DO RGPS	25.540	25.593	0,2%	24.627	25.394	3,1%
Previdênciários	24.709	24.760	0,2%	23.801	24.563	3,2%
Aposentadorias	16.408	16.449	0,3%	15.760	16.311	3,5%
Idade	8.608	8.633	0,3%	8.245	8.553	3,7%
Invalidez	3.036	3.040	0,1%	2.971	3.026	1,9%
Tempo de contribuição	4.764	4.777	0,3%	4.544	4.731	4,1%
Pensão por morte	6.878	6.889	0,2%	6.679	6.850	2,6%
Auxílio-Doença	1.265	1.266	0,1%	1.224	1.254	2,4%
Salário - maternidade	84	82	-2,9%	75	77	1,9%
Outros	74	74	0,4%	62	72	15,2%
Acidentários	832	832	0,1%	826	831	0,5%
Aposentadorias	178	178	0,3%	169	176	4,5%
Pensão por morte	123	123	-0,1%	125	123	-1,2%
Auxílio - doença	171	171	0,1%	179	173	-3,5%
Auxílio - acidente	292	293	0,2%	283	291	2,7%
Auxílio - suplementar	67	67	-0,4%	71	68	-4,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012					
Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan - Jul			Jan - Jul	
	2011	2012		2011	2012
CONTRIBUIÇÃO	129.867,8	148.123,8	14,1%	5,52%	5,88%
Urbano	126.884,4	144.897,3	14,2%	5,39%	5,75%
Rural	2.983,4	3.226,5	8,1%	0,13%	0,13%
BENEFÍCIOS	151.478,7	171.264,1	13,1%	6,44%	6,80%
Urbano	118.315,1	132.662,4	12,1%	5,03%	5,27%
Rural	33.163,6	38.601,7	16,4%	1,41%	1,53%
RESULTADO PRIMÁRIO	-21.610,9	-23.140,4	7,1%	-0,92%	-0,92%
Urbano	8.569,3	12.234,8	42,8%	0,36%	0,49%
Rural	-30.180,2	-35.375,2	17,2%	-1,28%	-1,40%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 960,3 bilhões em julho de 2012. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R$ 2,6 bilhões, consequência do aumento de R$ 3,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado pelo decréscimo de R$ 686,6 milhões na dívida externa líquida.

Em julho de 2012, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 22,3% do PIB, apresentando redução de 0,5 p.p. em comparação a julho de 2011.

R$ Milhões

Tabela 16 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

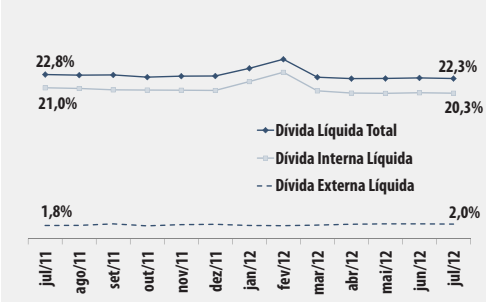
Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jul/11	Jul/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	869.256,7	872.500,5	0,4%	844.709,9	872.500,5	3,3%
Dívida Interna	2.715.519,3	2.606.887,5	-4,0%	2.343.666,6	2.606.887,5	11,2%
Haveres Internos	1.846.262,5	1.734.387,1	-6,1%	1.498.956,8	1.734.387,1	15,7%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	88.450,0	87.763,4	-0,8%	74.274,8	87.763,4	18,2%
Dívida Externa	89.049,6	88.411,8	-0,7%	74.639,0	88.411,8	18,5%
Haveres Externos	599,7	648,4	8,1%	364,2	648,4	78,0%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	957.706,7	960.263,9	0,3%	918.984,7	960.263,9	4,5%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	22,4%	22,3%		22,8%	22,3%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a julho de 2011, a DLTN aumentou R$ 41,3 bilhões. Essa diferença é resultado do acréscimo de R$ 27,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R$ 13,5 bilhões no da dívida externa líquida.

Em % do PIB, a DLTN diminuiu 0,5 p.p. no mesmo período, passando de 22,8% em julho de 2011 para 22,3% em julho de 2012.

Gráfico 12. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2011/2012 - % PIB



Dívida Interna Líquida

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou um decréscimo de 0,7 p.p. em comparação a julho de 2011.

R$ Milhões

Tabela 17 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jul/11	Jul/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.715.519,3	2.606.887,5	-4,0%	2.343.666,6	2.606.887,5	11,2%
Dívida Mobiliária	2.707.637,8	2.599.406,0	-4,0%	2.331.729,3	2.599.406,0	11,5%
DPMFi em Poder do Público [1]	1.881.652,0	1.788.400,6	-5,0%	1.659.807,1	1.788.400,6	7,7%
DPMFi em Poder do Banco Central	857.658,0	841.195,2	-1,9%	701.172,6	841.195,2	20,0%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-31.672,1	-30.189,9	-4,7%	-29.250,4	-30.189,9	3,2%
Demais Obrigações Internas	7.881,4	7.481,6	-5,1%	11.937,4	7.481,6	-37,3%
II. HAVERES INTERNOS	1.846.262,5	1.734.387,1	-6,1%	1.498.956,8	1.734.387,1	15,7%
Disponibilidades Internas	603.820,7	488.081,8	-19,2%	364.960,7	488.081,8	33,7%
Haveres junto aos Governos Regionais	494.630,8	496.197,7	0,3%	481.916,7	496.197,7	3,0%
Haveres da Administração Indireta	281.170,4	281.023,1	-0,1%	248.613,3	281.023,1	13,0%
Haveres Administrados pela STN	466.640,7	469.084,5	0,5%	403.466,1	469.084,5	16,3%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	869.256,7	872.500,5	0,4%	844.709,9	872.500,5	3,3%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	20,3%	20,3%		21,0%	20,3%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 872,5 bilhões, apresentando, em relação ao mês anterior, variação de R$ 3,2 bilhões, resultado do efeito da redução de R$ 111,9 bilhões nos haveres internos e do decréscimo de R$ 108,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional permaneceu estável em 20,3% em julho de 2012.

Relativamente ao ano anterior, houve acréscimo de R$ 27,8 bilhões, passando de R$ 844,7 bilhões, em julho de 2011, para R$ 872,5 bilhões em julho de 2012. Esse comportamento decorreu do acréscimo de R$ 263,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R$ 235,4 bilhões no dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve decréscimo de 0,7 p.p., passando de 21,0% para 20,3%.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, reduziu R$ 111,2 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 130,7 bilhões e pela apropriação de juros de R$ 21,0 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 18 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jul/11	Jul/12	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	1.881.652,0	1.788.400,6	-5,0%	1.659.807,1	1.788.400,6	7,7%
LFT	447.403,9	448.270,3	0,2%	552.534,0	448.270,3	-18,9%
LTN	541.623,5	443.439,5	-18,1%	333.917,2	443.439,5	32,8%
NTN-B	570.305,0	580.640,7	1,8%	427.018,9	580.640,7	36,0%
NTN-C	64.210,6	63.517,2	-1,1%	60.547,1	63.517,2	4,9%
NTN-F	222.046,9	216.224,4	-2,6%	252.759,2	216.224,4	-14,5%
Demais [1]	36.062,1	36.308,6	0,7%	33.030,6	36.308,6	9,9%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-31.672,1	-30.189,9	-4,7%	-29.250,4	-30.189,9	3,2%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	857.658,0	841.195,2	-1,9%	701.172,6	841.195,2	20,0%
TOTAL	2.707.637,8	2.599.406,0	-4,0%	2.331.729,3	2.599.406,0	11,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Na carteira de títulos em poder do público, a redução de R$ 93,3 bilhões está associada ao resgate líquido de R$ 107,4 bilhões e à apropriação de juros no valor de 14,1 bilhões. Na carteira de títulos do Banco Central, a redução de R$ 16,5 bilhões pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 23,3 bilhões e pela apropriação de juros no valor de 6,9 bilhões.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pelo resgate líquido de R$ 107,4 bilhões e apropriação de juros de R$ 14,1 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 19 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2012					
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]			Saldo
	Jun/12	Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	Jul/12
EM PODER DO PÚBLICO	1.881.652,0	36.156,3	-143.554,0	14.146,3	1.788.400,6
LFT	447.403,9	12,1	-2.186,5	3.040,8	448.270,3
LTN	541.623,5	24.775,8	-126.814,0	3.854,2	443.439,5
NTN-B	570.305,0	7.905,4	-940,9	3.371,2	580.640,7
NTN-C	64.210,6	-	-2.050,8	1.357,4	63.517,2
NTN-F	222.046,9	3.104,9	-10.943,2	2.015,8	216.224,4
Demais [5]	36.062,1	358,2	-618,5	506,9	36.308,6
EM PODER DO BANCO CENTRAL	857.658,0	15.061,06	-38.384,4	6.860,5	841.195,2
TOTAL	2.739.310,0	51.217,4	-181.938,3	21.006,8	2.629.595,8

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R$ 111,9 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo o menor volume de disponibilidades internas, e o aumento de R$ 2,4 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R$ 1,6 bilhão nos haveres junto aos governos regionais e o decréscimo de R$ 147,2 milhões nos haveres da administração indireta.

R$ Milhões

Tabela 20 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jul/11	Jul/12	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	603.820,7	488.081,8	-19,2%	364.960,7	488.081,8	33,7%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	494.630,8	496.197,7	0,3%	481.916,7	496.197,7	3,0%
Lei 9.496/97	379.556,4	381.458,4	0,5%	362.265,1	381.458,4	5,3%
MP 2.185/01	61.815,0	62.108,2	0,5%	58.606,2	62.108,2	6,0%
Lei 8.727/93	24.193,8	23.527,3	-2,8%	31.042,8	23.527,3	-24,2%
Antecipação de Royalties	7.700,7	7.688,4	-0,2%	9.040,1	7.688,4	-15,0%
Bônus Renegociados	5.216,4	5.241,5	0,5%	4.645,0	5.241,5	12,8%
Demais Haveres	16.148,5	16.173,9	0,2%	16.317,6	16.173,9	-0,9%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	281.170,4	281.023,1	-0,1%	248.613,3	281.023,1	13,0%
FAT	165.407,9	162.886,4	-1,5%	151.117,3	162.886,4	7,8%
Fundos Regionais	70.770,8	71.373,5	0,9%	62.625,5	71.373,5	14,0%
Demais	44.991,7	46.763,2	3,9%	34.870,5	46.763,2	34,1%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	466.640,7	469.084,5	0,5%	403.466,1	469.084,5	16,3%
TOTAL	1.846.262,5	1.734.387,1	-6,1%	1.498.956,8	1.734.387,1	15,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos saldos dos haveres administrados pela STN, houve aumento de R$ 1,7 bilhão no saldo dos haveres de legislação específica, de R$ 374,5 milhões no de haveres originários de privatizações e de R$ 268,9 milhões no dos haveres de operações estruturadas. Quanto aos haveres junto aos governos regionais, houve aumento de R$ 1,9 bilhão nas dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, redução de R$ 666,5 milhões nas dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 8.727/93 e aumento de R$ 293,2 milhões nas dívidas renegociadas ao amparo da MP nº 2.185/01.

Nos haveres da administração indireta, houve decréscimo de R$ 2,5 bilhões no saldo do FAT, aumento de R$ 602,7 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R$ 1,8 bilhão nos saldos dos demais fundos.

Dívida Externa Líquida

R$ Milhões

Tabela 21 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jun/12	Jul/12	Variação %	Jul/11	Jul/12	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	89.049,6	88.411,8	-0,7%	74.639,0	88.411,8	18,5%
Dívida Mobiliária	77.193,2	76.212,9	-1,3%	60.603,5	76.212,9	25,8%
Euro	4.414,8	4.382,0	-0,7%	3.966,1	4.382,0	10,5%
Global US$	58.894,0	58.442,0	-0,8%	45.023,9	58.442,0	29,8%
Global BRL	13.788,9	13.291,4	-3,6%	11.490,2	13.291,4	15,7%
Demais	95,6	97,4	1,9%	123,3	97,4	-21,0%
Dívida Contratual	11.856,5	12.199,0	2,9%	14.035,6	12.199,0	-13,1%
Organismos Internacionais	7.217,6	7.352,7	1,9%	10.166,8	7.352,7	-27,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.638,8	4.846,2	4,5%	3.868,7	4.846,2	25,3%
II. HAVERES EXTERNOS	599,7	648,4	8,1%	364,2	648,4	78,0%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	599,7	648,4	8,1%	364,2	648,4	78,0%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	88.450,0	87.763,4	-0,8%	74.274,8	87.763,4	18,2%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	2,1%	2,0%		1,8%	2,0%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em junho de 2012, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 87,8 bilhões, equivalentes a 2,0% do PIB.

Em julho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 87,8 bilhões, contra R$ 88,4 bilhões em junho, o que representa redução de R$ 686,6 milhões. A variação cambial representou um crescimento de R$ 879,7 milhões no mês e a apropriação de juros totalizou R$ 543,1 milhões. Houve resgate líquido de R$ 2,1 bilhões no mesmo período.

R$ Milhões

Tabela 22 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2012

Discriminação	Saldo Jun/12	Fatores de Variação [2]				Saldo Jul/12
		Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	77.193,17	-	(2.178,16)	425,95	771,90	76.212,9
Global US$	58.894,0	-	-1.739,9	454,6	833,3	58.442,0
Euro	4.414,8	-	0,0	30,0	-62,8	4.382,0
Global BRL	13.788,9	-	-438,3	-59,2	-	13.291,4
Demais	95,6	-	0,0	0,5	1,4	97,4
DÍVIDA CONTRATUAL	11.856,5	179,0	-61,4	117,1	107,8	12.199,0
Org· Internacionais	7.217,6	26,7	-41,6	48,8	101,2	7.352,7
Bancos Privados/Agencias Governamentais	4.638,8	152,32	-19,7	68,3	6,6	4.846,2
TOTAL	89.049,6	179,0	-2.239,5	543,1	879,7	88.411,8

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, o acréscimo foi de R$ 13,5 bilhões, passando de R$ 74,3 bilhões, em julho de 2011, para R$ 87,8 bilhões em julho de 2012. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,2% (R$ 76,2 bilhões) e a dívida contratual representa 13,8% (R$ 12,2 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,1 p.p. no mês. Comparativamente ao ano anterior, houve aumento de 0,2 p.p., passando de 1,8% em julho de 2011 para 2,0% em julho de 2012.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores):

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações:

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURONACIONAL

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Jul/2011	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2012
I. RECEITA TOTAL	**90.139,5**	**74.965,2**	**78.476,1**	**86.715,0**	**79.736,3**	**100.362,3**	**102.443,9**	**77.758,2**	**83.101,9**	**96.812,1**	**81.604,6**	**80.032,2**	**88.359,8**
I.1. Receitas do Tesouro	**70.168,3**	**54.293,8**	**58.472,3**	**65.988,5**	**58.973,7**	**64.710,5**	**82.650,5**	**58.717,5**	**60.652,7**	**74.804,1**	**59.560,9**	**58.188,0**	**65.785,8**
I.1.1. Receita Bruta	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1
- Impostos	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5
- Contribuições	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1
- Demais[1]	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**19.756,1**	**20.450,9**	**19.793,4**	**20.521,6**	**20.559,0**	**34.699,2**	**19.597,7**	**18.802,3**	**22.221,4**	**21.765,6**	**21.820,9**	**21.631,9**	**22.284,0**
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano[2]	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural[2]	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4
I.3. Receitas do Banco Central	**215,1**	**220,4**	**210,5**	**204,9**	**203,7**	**952,7**	**195,8**	**238,4**	**227,8**	**242,5**	**222,8**	**212,3**	**290,1**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**12.340,1**	**14.188,4**	**9.633,4**	**15.247,2**	**15.152,4**	**19.377,7**	**15.622,5**	**18.190,9**	**12.285,9**	**16.557,7**	**18.060,6**	**13.445,8**	**11.474,3**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115[3]	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8
II.4. Demais	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**77.799,4**	**60.776,8**	**68.842,7**	**71.467,7**	**64.583,9**	**80.984,6**	**86.821,5**	**59.567,3**	**70.816,0**	**80.254,5**	**63.544,0**	**66.586,3**	**76.885,6**
IV. DESPESA TOTAL	**66.458,1**	**58.236,0**	**63.427,3**	**59.962,4**	**59.873,5**	**78.967,0**	**66.005,5**	**54.194,7**	**63.188,5**	**69.045,6**	**61.766,5**	**65.472,5**	**72.896,3**
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais[1]	**17.350,6**	**13.501,6**	**13.705,6**	**13.530,5**	**15.303,9**	**18.847,0**	**16.318,1**	**14.225,8**	**13.885,1**	**15.977,4**	**14.352,2**	**14.766,1**	**18.199,6**
IV.2. Benefícios Previdenciários	**21.840,9**	**24.376,9**	**29.143,8**	**21.849,8**	**24.775,7**	**29.813,3**	**22.603,1**	**23.945,8**	**23.985,9**	**27.081,2**	**24.394,0**	**24.389,2**	**24.865,0**
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano[2]	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural[2]	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1
IV.3. Custeio e Capital	**26.798,7**	**19.891,7**	**20.118,0**	**24.120,2**	**19.268,4**	**29.402,8**	**26.718,6**	**15.628,5**	**24.834,6**	**25.484,7**	**22.519,7**	**25.849,7**	**29.260,0**
IV.3.1. Despesa do FAT	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6
- Abono e Seguro Desemprego	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4
- Demais Despesas do FAT	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas[4]	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	612,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	272,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)[5]	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,4	18.358,5
- Outras Despesas de Custeio	11.101,4	10.909,6	10.850,6	12.290,0	10.907,4	15.586,0	11.102,3	9.389,0	12.902,2	13.359,8	11.675,9	13.208,5	12.434,1
- Outras Despesas de Capital[6]	4.823,3	3.255,3	3.471,2	4.754,0	3.228,8	7.971,3	7.713,2	1.866,2	6.091,7	5.426,6	5.147,4	6.587,9	5.924,4
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**185,5**	**187,0**	**181,3**	**185,2**	**185,2**	**175,4**	**158,5**	**186,6**	**192,1**	**182,9**	**189,5**	**175,5**	**247,1**
IV.5. Despesas do Banco Central	**282,3**	**278,8**	**278,6**	**276,8**	**340,3**	**728,4**	**207,2**	**208,1**	**290,8**	**319,3**	**311,2**	**292,0**	**324,6**
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB[7]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	**11.341,4**	**2.540,8**	**5.415,4**	**11.505,3**	**4.710,4**	**2.017,6**	**20.816,0**	**5.372,6**	**7.627,5**	**11.208,9**	**1.777,5**	**1.113,8**	**3.989,3**
VI.1. Tesouro Nacional	13.493,4	6.525,1	14.834,0	12.905,4	9.063,7	-3.092,6	23.832,8	10.485,7	9.455,0	16.601,3	4.439,0	3.950,8	6.604,8
VI.2. Previdência Social (RGPS)[8]	-2.084,8	-3.926,0	-9.350,4	-1.328,1	-4.216,7	4.885,9	-3.005,4	-5.143,4	-1.764,5	-5.315,7	-2.573,1	-2.757,3	-2.581,0
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano[2]	2.222,7	1.719,4	-4.222,5	2.901,0	1.539,2	10.026,2	1.774,8	-96,8	3.197,3	179,9	2.386,7	2.229,2	2.563,7
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural[2]	-4.307,5	-5.645,5	-5.127,9	-4.229,1	-5.755,9	-5.140,3	-4.780,2	-5.046,6	-4.961,8	-5.495,6	-4.959,8	-4.986,5	-5.144,7
VI.3. Banco Central[9]	-67,2	-58,3	-68,2	-72,0	-136,6	224,3	-11,4	30,3	-63,0	-76,8	-88,4	-79,7	-34,6
VII. AJUSTE METODOLÓGICO[10]	**20,6**	**199,8**	**104,4**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**147,5**	**144,0**	**154,6**	**159,4**	**169,1**	**38,8**	**300,9**
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-443,7**	**-709,5**	**462,5**	**-101,4**	**97,7**	**485,3**	**-730,2**	**-200,1**	**-326,0**	**110,8**	**-388,6**	**866,4**	**n.d**
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)[11]	**10.918,2**	**2.031,0**	**5.982,2**	**11.403,9**	**4.808,1**	**2.502,9**	**20.233,2**	**5.316,5**	**7.456,1**	**11.479,1**	**1.558,0**	**2.019,0**	**n.d**
X. JUROS NOMINAIS[11]	**-16.755,4**	**-19.244,1**	**-11.454,1**	**-14.524,7**	**-13.579,7**	**-15.973,9**	**-18.048,7**	**-14.362,3**	**-17.792,4**	**-11.751,4**	**-11.097,6**	**-9.197,6**	**n.d**
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)[11]	**-5.837,2**	**-17.213,1**	**-5.471,9**	**-3.120,8**	**-8.771,6**	**-13.471,0**	**2.184,4**	**-9.045,8**	**-10.336,3**	**-272,3**	**-9.539,7**	**-7.178,7**	**n.d**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS[1]	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6
RMV[5]	146,7	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

[1] Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

[2] Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

[3] Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

[4] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

[5] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

[6] Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

[7] Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

[8] Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

[9] Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

[10] Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

[11] Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TESOURONACIONAL

TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Jul/2011	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2012
I. RECEITA TOTAL	**90.139,5**	**74.965,2**	**78.476,1**	**86.715,0**	**79.736,3**	**100.362,3**	**102.443,9**	**77.758,2**	**83.101,9**	**96.812,1**	**81.604,6**	**80.032,2**	**88.359,8**
I.1. Receitas do Tesouro	**70.168,3**	**54.293,8**	**58.472,3**	**65.988,5**	**58.973,7**	**64.710,5**	**82.650,5**	**58.717,5**	**60.652,7**	**74.804,1**	**59.560,9**	**58.188,0**	**65.785,8**
I.1.1. Receita Bruta	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8	59.324,5	61.124,5	75.459,6	60.406,8	60.978,0	69.294,1
I.1.1.1. Impostos	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8	25.671,4	30.138,5	37.059,4	27.335,1	30.531,6	30.714,5
IR	23.311,3	16.159,8	15.873,1	25.426,8	18.328,5	23.364,5	32.505,7	17.547,7	21.522,5	27.837,1	17.712,5	21.933,6	21.998,2
IR - Pessoa Física	1.697,4	1.719,3	1.563,8	2.383,7	1.414,9	1.235,7	1.188,2	857,6	992,6	5.716,8	2.390,7	2.233,5	2.110,2
IR - Pessoa Jurídica	12.380,8	6.080,9	5.804,3	12.611,7	6.656,1	6.100,6	17.727,1	8.207,9	10.362,5	11.655,6	5.591,7	6.045,9	10.328,0
IR - Retido na Fonte	9.233,0	8.359,6	8.505,0	10.431,4	10.257,5	16.028,2	13.590,3	8.482,2	10.167,4	10.464,7	9.730,0	13.654,1	9.560,1
IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.225,7	5.076,6	5.330,6	5.199,3	6.577,5	6.248,8	8.278,8	5.467,9	6.803,5	6.109,5	5.872,7	5.703,6	5.638,2
IRRF - Rendimentos do Capital	1.843,9	1.817,7	1.765,1	3.368,9	2.225,4	7.339,8	3.078,8	1.686,4	1.804,9	2.465,3	2.080,3	6.313,1	1.967,3
IRRF - Remessas ao Exterior	1.451,1	884,8	789,1	1.288,1	857,6	1.782,6	1.442,3	707,2	983,2	1.263,9	1.174,8	940,8	1.241,5
IRRF - Outros Rendimentos	712,4	580,5	620,2	575,0	597,0	657,1	790,4	620,7	575,8	626,1	602,2	696,6	713,1
IPI	4.115,0	3.781,8	4.073,7	4.587,3	4.138,5	4.036,1	4.582,4	3.487,2	3.602,3	4.201,7	4.308,1	3.395,0	3.467,0
IPI - Fumo	286,3	297,7	316,2	305,1	316,8	341,2	324,7	300,4	286,9	409,7	632,2	183,3	235,8
IPI - Bebidas	236,2	231,5	263,7	282,1	295,5	203,6	445,9	235,7	252,2	267,1	218,3	242,8	251,2
IPI - Automóveis	587,3	612,6	585,1	714,6	470,3	460,6	751,9	404,4	396,0	452,2	464,5	164,0	177,6
IPI - Vinculado a importação	1.098,3	1.198,9	1.248,4	1.356,3	1.444,9	1.331,4	1.287,6	1.233,0	1.355,5	1.285,6	1.581,6	1.235,7	1.370,5
IPI - Outros	1.906,9	1.441,0	1.660,3	1.929,2	1.611,0	1.699,4	1.772,2	1.313,8	1.311,8	1.787,1	1.411,6	1.569,2	1.432,0
IOF	2.833,9	2.904,3	2.740,9	2.858,5	2.627,7	2.999,7	2.930,6	2.450,9	2.583,4	2.765,4	2.560,6	2.650,4	2.514,1
Imposto de Importação	2.188,8	2.462,0	2.387,3	2.427,3	2.744,2	2.505,6	2.337,7	2.172,0	2.415,7	2.243,1	2.740,3	2.538,8	2.719,9
Outros	15,5	13,3	360,0	66,6	50,1	46,3	17,4	13,6	14,6	12,0	13,6	13,8	15,4
I.1.1.2. Contribuições	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5	22.663,5	23.722,4	25.436,0	22.962,6	24.139,6	26.255,1
COFINS	13.398,6	13.834,0	13.529,7	13.536,4	13.729,9	13.856,2	14.749,8	12.261,9	12.966,0	14.058,8	13.880,6	14.540,1	14.490,5
CPMF	11,2	32,2	7,9	6,4	23,5	17,3	8,4	42,4	4,5	8,5	7,5	42,0	6,5
CSLL	11.660,3	3.335,1	3.088,4	5.921,9	3.585,0	3.152,4	8.905,2	4.903,9	5.189,7	5.414,7	3.014,8	3.290,4	5.826,5
CIDE-Combustíveis	774,6	847,6	911,9	836,5	636,6	426,1	415,7	399,1	436,1	436,9	394,7	426,9	224,1
Pis/Pasep	3.545,4	3.585,6	3.565,9	3.515,7	3.572,4	3.685,3	3.993,7	3.443,5	3.577,9	3.664,7	3.699,9	3.894,8	3.835,2
Salário Educação	1.010,1	1.043,1	1.218,8	1.058,2	1.059,6	1.104,3	1.934,7	1.145,9	1.119,4	1.114,1	1.132,4	1.161,1	1.152,4
Outras[1]	357,2	493,6	431,0	431,8	461,7	526,1	659,0	466,8	428,9	738,4	832,7	784,3	719,8
I.1.1.3. Demais	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5	10.989,6	7.263,6	12.964,2	10.109,1	6.306,7	12.324,5
CPSS[2]	881,9	879,6	955,4	837,3	1.421,7	1.155,9	900,1	856,2	908,6	868,9	945,2	896,4	891,0
Cota parte de compensações financeiras	5.001,9	1.415,5	1.417,3	4.765,5	1.552,0	1.590,4	5.518,9	1.556,4	1.491,0	5.690,0	1.540,5	1.600,9	5.467,4
Diretamente arrecadadas	2.776,2	2.401,9	2.596,4	2.382,5	3.013,5	2.759,5	3.186,0	2.677,7	2.901,2	5.970,2	2.705,3	3.073,3	3.060,7
Concessões	55,7	11,4	14,6	39,6	17,8	2.088,1	317,9	15,5	15,1	35,5	407,6	12,9	54,7
Dividendos	1.511,6	932,1	4.589,3	9,1	2.100,7	532,7	0,0	4.961,8	3,2	76,6	2.731,7	183,5	2.339,9
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	-765,0	2.478,5	2.147,8	146,5	1.728,1	1.709,9	423,6	922,1	1.944,5	322,9	1.778,8	539,7	510,7
I.1.2. (-) Restituições	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3	-607,0	-439,9	-550,0	-845,9	-2.790,0	-3.508,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	**19.756,1**	**20.450,9**	**19.793,4**	**20.521,6**	**20.559,0**	**34.699,2**	**19.597,7**	**18.802,3**	**22.221,4**	**21.765,6**	**21.820,9**	**21.631,9**	**22.284,0**
Urbana	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6	18.445,8	21.788,5	21.204,8	21.287,4	21.123,6	21.836,6
Rural	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1	356,5	432,9	560,8	533,5	508,3	447,4
I.3. Receitas do Banco Central	**215,1**	**220,4**	**210,5**	**204,9**	**203,7**	**952,7**	**195,8**	**238,4**	**227,8**	**242,5**	**222,8**	**212,3**	**290,1**
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**12.340,1**	**14.188,4**	**9.633,4**	**15.247,2**	**15.152,4**	**19.377,7**	**15.622,5**	**18.190,9**	**12.285,9**	**16.557,7**	**18.060,6**	**13.445,8**	**11.474,3**
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6	13.816,2	9.463,0	11.859,7	13.269,0	11.339,2	8.534,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115[3]	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9	0,0	0,0	292,2	0,0	0,0	320,8
II.4. Demais	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4	4.212,2	2.660,4	4.243,3	4.629,1	1.944,1	2.456,4
II.4.1. Salário Educação	606,3	606,0	625,8	731,3	634,8	635,8	602,2	1.160,8	687,5	671,6	668,5	739,8	696,7
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	961,3	2.967,3	934,7	1.186,3	2.732,1	1.161,1	1.271,8	3.033,9	1.349,4	1.181,4	3.337,8	1.188,4	1.134,3
II.4.3. Fundef/Fundeb	512,7	634,0	0,0	1.268,0	0,0	1.268,0	1.795,7	0,0	606,9	2.372,9	606,9	0,0	606,9
II.4.4. Outras	20,2	16,1	41,0	284,5	65,3	52,9	51,7	17,5	16,6	17,3	15,9	15,8	18,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

[1] A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

[2] Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

[3] Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TESOURONACIONAL

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R$ milhões

	Jul/2011	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2012
I. DESPESA TOTAL	**66.458,1**	**58.236,0**	**63.427,3**	**59.962,4**	**59.873,5**	**78.967,0**	**66.005,5**	**54.194,7**	**63.188,5**	**69.045,6**	**61.766,5**	**65.472,5**	**72.896,3**
I.1. Pessoal e Encargos Sociais[1]	**17.350,6**	**13.501,6**	**13.705,6**	**13.530,5**	**15.303,9**	**18.847,0**	**16.318,1**	**14.225,8**	**13.885,1**	**15.977,4**	**14.352,2**	**14.766,1**	**18.199,6**
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	302,0	136,6	161,7	285,7	56,3	153,6	81,2	120,0	178,9	2.255,7	391,6	278,9	339,9
I.2. Benefícios Previdenciários	**21.840,9**	**24.376,9**	**29.143,8**	**21.849,8**	**24.775,7**	**29.813,3**	**22.603,1**	**23.945,8**	**23.985,9**	**27.081,2**	**24.394,0**	**24.389,2**	**24.865,0**
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano[2]	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8	18.542,7	18.591,2	21.024,9	18.900,7	18.894,4	19.272,9
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	292,1	407,3	337,8	247,8	468,3	249,3	114,8	247,2	251,9	2.275,7	292,7	363,2	449,1
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural[2]	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3	5.403,1	5.394,7	6.056,4	5.493,3	5.494,8	5.592,1
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	82,3	137,3	80,9	68,4	156,4	59,0	34,3	72,5	73,5	659,4	85,6	106,3	131,2
I.3. Custeio e Capital	**26.798,7**	**19.891,7**	**20.118,0**	**24.120,2**	**19.268,4**	**29.402,8**	**26.718,6**	**15.628,5**	**24.834,6**	**25.484,7**	**22.519,7**	**25.849,7**	**29.260,0**
I.3.1. Despesa do FAT	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9	1.539,1	2.773,4	2.179,4	2.514,0	2.837,3	7.813,6
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6	1.507,2	2.729,9	2.155,3	2.489,1	2.810,2	7.775,4
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3	32,0	43,5	24,2	24,9	27,2	38,2
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas[3]	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.256,2	408,4	626,2	2.071,2	719,2	756,9	612,6
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3	85,6	388,3	1.730,3	398,5	289,4	339,9
Equalização de custeio agropecuário	45,0	0,0	0,0	411,0	9,0	9,2	453,2	0,0	86,7	515,5	84,7	8,9	133,7
Equalização de invest. rural e agroindustrial[4]	22,7	-15,9	0,0	-0,4	0,1	0,1	80,7	0,0	-18,3	5,2	0,0	0,2	0,3
Política de preços agrícolas	244,8	-34,5	15,4	471,2	-20,9	-110,5	373,8	84,9	140,5	158,4	32,5	32,8	-54,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	0,0	0,0	34,3	0,2	0,2	53,8	0,0	26,8	76,6	0,5	0,3	14,8
Equalização Aquisições do Governo Federal	84,9	-34,5	-14,6	164,5	-21,1	-31,7	300,0	44,9	63,7	41,8	2,0	-7,4	-109,3
Garantia à Sustentação de Preços	158,0	0,0	30,0	272,4	0,0	-79,0	20,0	40,0	50,0	40,0	30,0	40,0	40,0
Pronaf	564,9	-1,8	10,7	153,4	0,3	-2,9	1.546,9	-0,6	68,3	390,3	126,3	21,3	94,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	542,6	0,0	0,0	133,7	1,3	10,2	1.528,2	0,0	47,3	391,5	114,5	4,8	82,5
Concessão de Financiamento[5]	22,3	-1,8	10,7	19,6	-1,0	-13,1	18,7	-0,6	21,1	-1,1	11,8	16,6	12,0
Proex	25,3	62,7	61,4	12,6	-2,5	23,5	-34,4	-38,3	62,4	38,5	23,3	86,5	19,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	29,0	0,9	99,8	29,1	31,0	33,4	45,5	19,3	47,1	36,1	41,9	35,5	34,3
Concessão de Financiamento[5]	-3,8	61,8	-38,5	-16,5	-33,5	-9,9	-79,9	-57,7	15,4	2,4	-18,6	51,0	-14,6
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)[6]	64,8	23,1	0,0	19,1	49,3	206,0	44,6	0,0	0,0	63,3	0,0	70,0	0,0
Álcool							0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA[5]	33,3	125,9	32,8	143,1	42,6	208,5	18,8	0,4	12,6	10,7	83,4	24,9	25,5
Funcafé	0,6	1,2	1,9	2,0	5,1	10,9	11,3	7,3	7,9	8,6	4,8	1,2	2,7
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,4	0,0	-10,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	240,0	0,0	0,0	500,0	0,0	0,0	11,7
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)							37,4	20,6	12,5	15,3	15,8	17,9	17,5
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)[7]							0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)[5]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-6,7	-5,8	-3,2	-5,0	-5,0	-8,3	0,0
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)[5]							0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,3
Capitalização à Emgea	0,0	42,9	43,4	148,2	148,2	154,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu				65,7	15,8	17,0	17,0	17,1	29,8	29,4	32,7	34,0	35,5
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	410,9	322,8	237,9	340,9	320,8	467,5	272,8
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)[8]	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0	2.425,6	2.441,1	2.447,8	2.463,1	2.459,0	2.475,2
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.815,5	11.255,3	18.993,9	18.786,3	16.823,3	19.796,4	18.358,5
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	44,8	38,9	45,3	42,4	40,9	35,4	25,0	39,2	47,2	91,7	1.471,7	1.225,7	69,1
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	569,2	571,0	564,3	570,6	567,3	801,5	604,9	607,4	709,6	641,5	733,8	674,0	693,7
Legislativo	103,8	112,5	96,1	87,0	101,3	122,4	114,4	95,9	126,3	111,8	122,9	106,6	125,8
Judiciário	465,4	458,5	468,2	483,6	466,1	679,2	490,5	511,5	583,3	529,7	610,9	567,4	567,9
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	371,4	305,3	319,9	407,8	142,9	467,1	194,3	151,1	174,2	101,2	159,4	283,6	209,0
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.672,4	1.856,1	1.258,9	2.831,5	2.014,3	5.193,0	3.114,8	1.016,1	3.890,5	3.316,2	2.860,7	4.420,1	1.699,5
I.3.5.5. Outras Obrigatórias[9]	141,2	156,5	120,5	891,5	171,4	407,3	521,7	161,4	922,8	153,0	173,4	491,8	484,5
I.3.5.6. Discricionárias	12.125,7	11.237,0	12.013,1	12.300,1	11.199,4	16.653,0	14.354,7	9.280,0	13.249,6	14.482,7	11.424,4	12.701,2	15.202,6
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	**185,5**	**187,0**	**181,3**	**185,2**	**185,2**	**175,4**	**158,5**	**186,6**	**192,1**	**182,9**	**189,5**	**175,5**	**247,1**
I.5. Despesas do Banco Central	**282,3**	**278,8**	**278,6**	**276,8**	**340,3**	**728,4**	**207,2**	**208,1**	**290,8**	**319,3**	**311,2**	**292,0**	**324,6**
Memo:													
Parcela patronal da CPSS[1]	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3	996,2	1.011,3	1.006,5	1.041,1	1.072,7	1.025,6
RMV[7]	146,7	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8	155,8	154,7	153,5	152,6	150,6	149,1

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração.

[1] Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
[2] Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.
[3] Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
[4] Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".
[5] Concessão de empréstimos menos retornos.
[6] Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.
[7] Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.
[8] Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.
[9] A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

TESOURONACIONAL

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R$ milhões

	Jul/2011	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2012
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	**82.379,2**	**92.358,6**	**77.614,4**	**78.793,0**	**93.472,8**	**113.794,7**	**76.641,1**	**93.974,8**	**81.663,1**	**93.850,6**	**92.605,2**	**80.169,5**	**80.659,3**
I.1 - Recolhimento Bruto	60.919,4	67.978,0	53.431,3	54.411,6	71.615,5	73.165,4	54.658,8	72.460,9	59.683,1	71.213,9	69.845,9	58.103,6	57.173,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0	0,0	-31,8	-105,5	0,0	0,0	-1,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.297,9	2.476,9	1.872,5	1.950,4	1.154,7	3.216,1	1.704,3	1.717,0	1.667,1	1.774,1	1.629,6	1.188,7	2.213,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	170,9	115,0	142,0	178,3	164,2	170,1	344,8	178,1	179,1	150,5	148,4	151,3	289,1
I.5 - Receita do Salário Educação	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7	1.229,9	2.153,4	1.272,2	1.239,6	1.230,4	1.253,9	1.285,5	1.276,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.098,4	19.362,7	36.013,9	17.779,8	18.346,6	18.926,0	19.587,1	19.727,4	19.440,4	19.707,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	**94.114,2**	**91.445,3**	**78.088,1**	**79.288,2**	**99.952,2**	**103.890,5**	**84.887,1**	**91.131,6**	**91.707,9**	**87.409,4**	**97.485,5**	**89.865,2**	**112.343,5**
II.1 - Liberações Vinculadas	**15.827,0**	**17.659,0**	**13.578,2**	**18.077,3**	**18.409,9**	**19.616,0**	**19.337,9**	**22.791,2**	**15.871,3**	**19.515,3**	**21.740,9**	**17.879,0**	**15.240,6**
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8	16.278,1	12.048,2	14.732,6	10.085,4	12.644,1	14.146,3	12.087,8	9.093,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4	1.738,9	2.401,8	4.221,1	2.051,9	2.164,5	4.024,5	1.946,8	2.287,6
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2	786,5	4.725,4	3.675,0	3.571,5	4.544,3	3.407,6	3.681,8	3.696,9
II.2 - Liberações Ordinárias	**78.287,2**	**73.786,3**	**64.510,0**	**61.210,9**	**81.542,2**	**84.274,5**	**65.549,2**	**68.340,4**	**75.836,7**	**67.894,1**	**75.744,6**	**71.986,2**	**97.102,9**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.972,2	14.886,0	15.147,2	14.879,9	21.846,4	17.445,1	17.372,7	15.135,3	15.073,7	17.950,5	16.344,9	19.511,5	15.591,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.305,7	640,3	106,8	94,3	119,4	713,0	1.571,6	99,6	112,9	1.096,9	123,5	170,4	1.092,9
i) Dívida Contratual Interna	104,4	134,4	95,9	94,3	85,9	643,9	66,5	92,5	94,6	96,8	88,9	88,0	91,2
ii) Dívida Contratual Externa	1.201,3	505,9	10,9	0,0	33,5	69,1	1.505,1	7,1	18,3	1.000,0	34,6	82,4	1.001,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4	3.205,5	2.541,0	8.110,0	5.142,1	2.450,7	7.400,5	50,0	23.693,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	21.673,8	27.880,7	25.859,5	20.975,6	28.542,9	25.779,8	23.316,3	24.174,5	28.951,3	21.759,2	24.177,3	24.226,6	30.585,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.180,1	22.723,3	36.878,0	18.192,0	20.679,7	26.158,2	23.444,7	27.300,8	27.670,7	25.702,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	883,7	121,7	156,1	816,9	146,8	253,1	2.555,6	141,3	398,5	1.192,1	397,7	357,0	437,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	**-11.735,0**	**913,3**	**-473,7**	**-495,1**	**-6.479,4**	**9.904,2**	**-8.246,0**	**2.843,2**	**-10.044,8**	**6.441,1**	**-4.880,3**	**-9.695,7**	**-31.684,2**
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	**38.671,5**	**22.800,0**	**22.780,5**	**23.797,4**	**32.189,9**	**19.704,7**	**82.376,3**	**77.693,0**	**28.755,6**	**34.170,8**	**29.070,2**	**24.091,3**	**35.092,9**
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2	17.915,3	80.449,5	74.995,9	26.951,0	32.250,5	27.554,6	22.598,1	32.985,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.095,8	1.453,3	1.291,5	1.594,0	2.793,7	1.789,5	1.926,8	2.697,1	1.804,6	1.920,3	1.515,6	1.493,3	2.107,5
V. DESPESAS	**103.978,9**	**734,4**	**7.080,7**	**26.569,9**	**18.609,2**	**18.733,8**	**110.320,4**	**600,8**	**23.853,3**	**25.800,2**	**1.099,1**	**1.358,3**	**117.985,5**
V.1 - Amortização da Dívida Interna	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2	18.544,5	109.107,2	584,2	23.812,2	23.000,0	1.040,4	1.086,0	117.483,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1	18.151,3	108.939,0	350,1	23.577,1	22.760,5	805,3	850,0	117.188,3
V.1.2 - Dívida Contratual	244,3	250,1	240,6	257,6	240,1	393,2	168,2	234,1	235,1	239,5	235,2	236,0	294,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.155,9	412,0	29,3	0,3	3.016,0	189,3	1.213,2	16,6	41,1	2.800,2	58,6	272,3	502,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	**-64.003,0**	**21.274,4**	**14.678,2**	**-4.108,7**	**14.043,1**	**-236,1**	**-28.489,5**	**74.645,8**	**3.373,9**	**9.490,0**	**26.749,3**	**21.748,1**	**-84.202,9**
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**-14.449,8**	**19.105,3**	**8.745,8**	**13.458,5**	**6.726,6**	**-256,1**	**-16.904,7**	**12.058,1**	**52.629,9**	**32.789,7**	**1.730,8**	**5.299,7**	**-19.048,7**
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	**-91.492,2**	**42.084,1**	**23.971,9**	**10.190,8**	**13.827,9**	**10.619,0**	**-53.094,7**	**91.993,6**	**47.487,4**	**47.601,4**	**24.821,6**	**18.337,0**	**-133.625,6**

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R$ milhões

	Jul/2011	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2012
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	**36.014,6**	**22.905,3**	**8.745,8**	**25.958,5**	**26.539,4**	**29.899,0**	**4.095,3**	**18.058,1**	**107.629,9**	**32.789,7**	**5.059,6**	**5.299,7**	**18.941,7**
I.1. Emissão de Títulos	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2	25.071,8	0,0	14.182,6	0,0	28.447,5	0,0	0,0	15.061,1
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8	4.640,9	3.718,0	3.530,9	3.863,0	4.067,5	4.835,9	5.076,8	3.706,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	148,8	178,5	171,0	152,5	139,5	186,3	377,3	344,6	282,8	274,6	223,7	223,0	173,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	12.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	103.484,1	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	**50.464,4**	**3.800,0**	**0,0**	**12.500,0**	**19.812,9**	**30.155,2**	**21.000,0**	**6.000,0**	**55.000,0**	**0,0**	**3.328,8**	**0,0**	**37.990,4**
II.1. Resgate de Títulos	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4	24.978,0	18.000,0	0,0	43.965,8	0,0	0,0	0,0	28.772,1
II.2. Encargos da DPMF	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5	5.177,2	3.000,0	6.000,0	11.034,2	0,0	3.328,8	0,0	9.218,3
III. RESULTADO (I - II)	**-14.449,8**	**19.105,3**	**8.745,8**	**13.458,5**	**6.726,6**	**-256,1**	**-16.904,7**	**12.058,1**	**52.629,9**	**32.789,7**	**1.730,8**	**5.299,7**	**-19.048,7**

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB´s. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Jul/11	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul/12
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**844.709,9**	**847.683,6**	**844.542,8**	**847.731,2**	**850.597,7**	**853.411,2**	**906.762,3**	**964.736,3**	**863.552,0**	**857.612,2**	**862.077,7**	**869.256,7**	**872.500,5**
I.1. DÍVIDA INTERNA	**2.343.666,6**	**2.387.596,2**	**2.430.981,4**	**2.456.348,2**	**2.485.834,4**	**2.517.419,4**	**2.495.317,6**	**2.593.004,3**	**2.561.689,5**	**2.614.426,8**	**2.658.505,4**	**2.715.519,3**	**2.606.887,5**
DPMFi em Poder do Público\1	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5	1.760.186,6	1.775.901,2	1.794.708,1	1.833.120,3	1.881.652,0	1.788.400,6
DPMFi em Poder do Banco Central	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1	854.291,8	807.570,3	842.898,3	848.794,9	857.658,0	841.195,2
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0	-30.625,1	-30.650,7	-31.726,1	-31.637,1	-31.672,1	-30.189,9
Demais Obrigações Internas	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0	9.151,1	8.868,8	8.546,4	8.227,3	7.881,4	7.481,6
I.2. HAVERES INTERNOS	**1.498.956,8**	**1.539.912,6**	**1.586.438,6**	**1.608.617,0**	**1.635.236,8**	**1.664.008,2**	**1.588.555,3**	**1.628.268,0**	**1.698.137,5**	**1.756.814,6**	**1.796.427,7**	**1.846.262,5**	**1.734.387,1**
Disponibilidades Internas	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.952,5	433.980,2	496.530,6	547.899,2	573.373,9	603.820,7	488.081,8
Haveres junto aos Governos Regionais	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.580,8	486.564,7	486.316,1	484.195,9	484.254,8	483.994,7	485.791,2	490.313,8	494.630,8	496.197,7
Haveres da Administração Indireta	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.867,8	266.435,3	269.691,2	272.968,5	277.214,4	281.170,4	281.023,1
Haveres Administrados pela STN	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0	443.539,1	443.597,7	447.921,0	450.155,6	455.525,6	466.640,7	469.084,5
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**74.274,8**	**75.012,0**	**84.330,1**	**73.533,4**	**80.519,9**	**82.877,8**	**76.507,1**	**75.481,7**	**79.636,0**	**85.265,3**	**88.322,5**	**88.450,0**	**87.763,4**
II.1. DÍVIDA EXTERNA	**74.639,0**	**75.434,5**	**84.821,3**	**73.937,1**	**80.925,2**	**83.292,6**	**76.794,2**	**75.851,2**	**80.032,6**	**85.733,2**	**88.906,6**	**89.049,6**	**88.411,8**
Dívida Mobiliária	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6	65.437,6	69.010,3	74.501,0	76.761,6	77.193,2	76.212,9
Dívida Contratual	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6	10.413,6	11.022,2	11.232,2	12.145,0	11.856,5	12.199,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	**364,2**	**422,5**	**491,2**	**403,8**	**405,3**	**414,9**	**287,1**	**369,5**	**396,6**	**467,9**	**584,2**	**599,7**	**648,4**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**918.984,7**	**922.695,6**	**928.872,9**	**921.264,6**	**931.117,5**	**936.288,9**	**983.269,4**	**1.040.218,0**	**943.188,0**	**942.877,5**	**950.400,2**	**957.706,7**	**960.263,9**
DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\2	**22,8%**	**22,8%**	**22,8%**	**22,5%**	**22,6%**	**22,6%**	**23,6%**	**24,9%**	**22,4%**	**22,2%**	**22,3%**	**22,4%**	**22,3%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Jul/11	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/12
I. DÍVIDA INTERNA	**2.343.666,6**	**2.387.596,2**	**2.430.981,4**	**2.456.348,2**	**2.485.834,4**	**2.517.419,4**	**2.495.317,6**	**2.593.004,3**	**2.561.689,5**	**2.614.426,8**	**2.658.505,4**	**2.715.519,3**	**2.606.887,5**
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO\1	**1.659.807,1**	**1.692.957,5**	**1.723.918,3**	**1.732.624,8**	**1.752.613,4**	**1.783.060,6**	**1.724.320,5**	**1.760.186,6**	**1.775.901,2**	**1.794.708,1**	**1.833.120,3**	**1.881.652,0**	**1.788.400,6**
LFT	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6	548.664,1	556.027,0	497.750,4	475.496,3	477.900,2	482.171,0	447.403,9	448.270,3
LTN	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8	402.376,0	426.579,9	470.872,9	491.030,2	489.538,8	512.075,8	541.623,5	443.439,5
NTN-B	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0	453.528,8	466.263,1	503.107,9	514.458,6	527.459,5	532.333,2	570.305,0	580.640,7
NTN-C	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9	62.443,1	60.893,7	61.103,1	61.848,2	62.153,7	63.311,0	64.210,6	63.517,2
NTN-F	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7	280.253,1	179.929,7	193.041,5	198.190,5	202.377,7	207.175,2	222.046,9	216.224,4
Dívida Securitizada	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6	9.718,6	9.557,3	9.562,5	9.642,7	9.601,9	9.561,9	9.517,7	9.482,4
Demais Títulos em Poder do Público	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9	26.076,9	25.069,8	24.748,3	25.234,7	25.676,3	26.492,1	26.544,4	26.826,2
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	**701.172,6**	**711.318,9**	**723.190,8**	**739.455,6**	**749.061,1**	**751.837,2**	**791.340,1**	**854.291,8**	**807.570,3**	**842.898,3**	**848.794,9**	**857.658,0**	**841.195,2**
LFT	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4	226.960,1	228.981,4	230.695,2	177.356,1	178.618,0	219.718,9	221.994,2	182.331,6
LTN	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9	148.876,8	184.218,9	200.206,1	202.302,8	217.440,3	179.947,4	181.101,0	207.473,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8	376.000,3	378.139,8	423.390,5	427.911,3	446.840,1	449.128,7	454.562,8	451.390,2
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	**-29.250,4**	**-28.320,6**	**-27.495,6**	**-26.781,4**	**-26.610,6**	**-27.248,9**	**-29.806,0**	**-30.625,1**	**-30.650,7**	**-31.726,1**	**-31.637,1**	**-31.672,1**	**-30.189,9**
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	**11.937,4**	**11.640,4**	**11.367,9**	**11.049,2**	**10.770,6**	**9.770,5**	**9.463,0**	**9.151,1**	**8.868,8**	**8.546,4**	**8.227,3**	**7.881,4**	**7.481,6**
II. DÍVIDA EXTERNA	**74.639,0**	**75.434,5**	**84.821,3**	**73.937,1**	**80.925,2**	**83.292,6**	**76.794,2**	**75.851,2**	**80.032,6**	**85.733,2**	**88.906,6**	**89.049,6**	**88.411,8**
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	**60.603,5**	**61.024,8**	**68.201,2**	**63.500,0**	**69.383,6**	**71.722,5**	**66.211,6**	**65.437,6**	**69.010,3**	**74.501,0**	**76.761,6**	**77.193,2**	**76.212,9**
Euro	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4	4.214,5	3.984,0	3.927,0	4.202,2	4.356,6	4.382,8	4.414,8	4.382,0
Global US$	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9	55.362,7	50.628,8	49.807,8	53.022,9	55.118,3	58.612,1	58.894,0	58.442,0
Global BRL	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7	12.027,1	11.488,6	11.594,0	11.700,4	14.937,6	13.671,6	13.788,9	13.291,4
Demais Títulos Externos	123,3	126,3	115,1	105,4	113,6	118,2	110,2	108,8	84,9	88,5	95,1	95,6	97,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	**14.035,6**	**14.409,7**	**16.620,1**	**10.437,1**	**11.541,6**	**11.570,1**	**10.582,6**	**10.413,6**	**11.022,2**	**11.232,2**	**12.145,0**	**11.856,5**	**12.199,0**
Organismos Multilaterais	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4	6.913,0	6.396,5	6.302,1	6.638,6	6.810,1	7.291,1	7.217,6	7.352,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2	4.657,1	4.186,1	4.111,6	4.383,6	4.422,0	4.853,9	4.638,8	4.846,2
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**2.418.305,7**	**2.463.030,7**	**2.515.802,7**	**2.530.285,3**	**2.566.759,6**	**2.600.712,0**	**2.572.111,8**	**2.668.855,6**	**2.641.722,1**	**2.700.159,9**	**2.747.412,0**	**2.804.568,9**	**2.695.299,4**
DIVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB\2	**60,1%**	**60,8%**	**61,7%**	**61,7%**	**62,3%**	**62,8%**	**61,8%**	**63,8%**	**62,7%**	**63,7%**	**64,5%**	**65,5%**	**62,6%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

\2 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Jul/11	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/12
I. HAVERES INTERNOS	**1.498.956,8**	**1.539.912,6**	**1.586.438,6**	**1.608.617,0**	**1.635.236,8**	**1.664.008,2**	**1.588.555,3**	**1.628.268,0**	**1.698.137,5**	**1.756.814,6**	**1.796.427,7**	**1.846.262,5**	**1.734.387,1**
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	**364.960,7**	**403.164,2**	**435.095,3**	**456.418,1**	**474.835,5**	**476.209,6**	**396.952,5**	**433.980,2**	**496.530,6**	**547.899,2**	**573.373,9**	**603.820,7**	**488.081,8**
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	**481.916,7**	**480.493,9**	**483.523,5**	**485.580,8**	**486.564,7**	**486.316,1**	**484.195,9**	**484.254,8**	**483.994,7**	**485.791,2**	**490.313,8**	**494.630,8**	**496.197,7**
Bônus Renegociados	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.738,9	5.149,3	5.287,0	4.892,3	4.787,9	4.944,9	4.836,1	5.184,0	5.216,4	5.241,5
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6	1.854,4	1.829,5	1.802,5	1.780,9	1.756,9	1.734,0	1.707,0	1.685,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7	11.942,0	11.906,8	11.907,1	11.879,8	11.910,4	11.995,3	12.067,4	12.113,1
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7	26.983,0	26.511,6	26.046,2	25.561,1	25.085,5	24.643,4	24.193,8	23.527,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0	369.357,5	368.404,4	370.187,7	370.239,3	372.111,1	375.837,7	379.556,4	381.458,4
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	58.606,2	58.483,9	58.939,8	59.490,8	58.951,1	59.271,6	59.256,8	59.570,4	59.725,0	60.174,5	60.900,1	61.815,0	62.108,2
Antecipação de Royalties	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.050,7	9.069,2	9.065,6	8.865,3	7.661,5	7.574,1	7.608,2	7.673,5	7.700,7	7.688,4
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1	2.555,0	2.529,1	2.291,5	2.289,5	2.308,5	2.345,9	2.374,1	2.374,9
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**248.613,3**	**250.686,2**	**253.062,8**	**255.821,1**	**258.179,8**	**264.839,5**	**263.867,8**	**266.435,3**	**269.691,2**	**272.968,5**	**277.214,4**	**281.170,4**	**281.023,1**
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7	158.477,7	156.767,2	157.790,6	159.905,6	161.604,5	163.729,8	165.407,9	162.886,4
Fundos Constitucionais Regionais	62.625,5	63.296,6	63.830,1	64.716,0	65.350,5	66.175,8	66.844,6	67.763,5	68.477,8	69.254,6	70.148,2	70.770,8	71.373,5
Fundos Diversos	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6	40.185,9	40.256,0	40.881,2	41.307,8	42.109,4	43.336,4	44.991,7	46.763,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	**403.466,1**	**405.568,4**	**414.757,0**	**410.797,1**	**415.656,7**	**436.643,0**	**443.539,1**	**443.597,7**	**447.921,0**	**450.155,6**	**455.525,6**	**466.640,7**	**469.084,5**
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6	5.712,3	5.720,9	5.724,1	5.726,4	5.729,2	5.733,1	5.736,7	5.740,0
Haveres de Operações Estruturadas	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3	59.978,6	58.877,6	58.810,2	60.174,4	60.834,7	62.276,3	62.610,5	62.879,4
Haveres Originários de Privatizações	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0	8.191,4	8.185,3	8.179,0	8.171,7	8.165,7	8.158,5	8.151,7	8.526,2
Haveres de Legislação Específica	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9	336.235,0	344.487,9	344.741,2	347.408,9	348.774,8	352.299,0	363.161,3	364.882,5
Demais Haveres Administrados pela STN	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0	26.525,8	26.267,4	26.143,2	26.439,6	26.651,2	27.058,6	26.980,5	27.056,3
II. HAVERES EXTERNOS	**364,2**	**422,5**	**491,2**	**403,8**	**405,3**	**414,9**	**287,1**	**369,5**	**396,6**	**467,9**	**584,2**	**599,7**	**648,4**
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1	369,5	396,6	467,9	584,2	599,7	648,4
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	**1.499.321,0**	**1.540.335,2**	**1.586.929,9**	**1.609.020,7**	**1.635.642,0**	**1.664.423,1**	**1.588.842,4**	**1.628.637,6**	**1.698.534,1**	**1.757.282,5**	**1.797.011,8**	**1.846.862,2**	**1.735.035,5**
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB[\1]	**37,3%**	**38,0%**	**38,9%**	**39,2%**	**39,7%**	**40,2%**	**38,2%**	**38,9%**	**40,3%**	**41,5%**	**42,2%**	**43,2%**	**40,3%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
\1 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TESOURONACIONAL

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JULHO 2012/2011 *

R$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2011						2012					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano[1]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos[2]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [2]	Total
Câmara dos Deputados	207.035,0	19.523,7	4.985,1	4.966,4	33.717,1	38.683,6	207.824,3	13.391,9	5.307,1	4.189,38	24.542,1	28.731,5
Senado Federal	57.216,5	5.362,8	1.835,0	1.800,6	17.255,2	19.055,8	55.292,7	5.616,0	1.495,5	1.495,5	9.002,9	10.498,4
Tribunal de Contas da União	51.115,2	16.202,4	1.459,7	1.459,7	29.679,9	31.139,6	48.953,9	9.501,2	6.786,8	6.786,8	11.722,0	18.508,8
Supremo Tribunal Federal	57.928,3	5.383,1	2.045,1	2.039,1	16.219,3	18.258,4	53.460,3	10.166,3	2.338,1	2.334,2	11.854,6	14.188,8
Superior Tribunal de Justiça	26.210,4	1.888,0	843,6	843,6	2.142,4	2.986,0	31.325,7	7.307,4	2.358,2	2.356,2	16.143,9	18.500,2
Justiça Federal	308.978,5	387.180,2	343.427,1	343.157,2	134.657,8	477.815,0	271.224,4	457.323,8	419.881,6	419.591,9	156.496,3	576.088,2
Justiça Militar	12.292,0	1.414,5	561,5	559,1	2.826,3	3.385,4	19.969,7	3.384,7	577,8	577,5	3.838,5	4.416,1
Justiça Eleitoral	242.038,0	22.932,4	5.847,3	5.001,0	131.760,7	136.761,7	263.367,3	33.560,3	5.375,4	5.125,0	134.525,4	139.650,4
Justiça do Trabalho	278.489,9	86.861,7	17.386,6	17.178,9	101.866,6	119.045,5	566.038,0	114.661,3	21.070,5	17.707,8	120.363,8	138.071,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	73.587,0	20.215,5	4.634,3	3.934,5	16.746,6	20.681,2	104.345,7	42.259,2	10.734,6	10.483,0	29.910,8	40.393,8
Conselho Nacional de Justiça	70.173,2	11.115,2	5.253,6	5.253,6	46.556,5	51.810,0	58.442,9	2.989,3	1.083,4	1.078,6	65.990,8	67.069,4
Presidência da República[3]	1.564.552,2	181.995,2	48.130,6	47.842,0	649.710,5	697.552,4	2.213.890,4	775.250,3	636.121,4	587.194,7	342.957,9	930.152,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	187.480,2	4.224,9	364,9	362,5	239.561,0	239.923,5	1.915.640,9	7.341,7	430,8	429,6	85.557,5	85.987,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.212.294,4	59.949,0	20.839,2	2.866,0	438.082,0	440.947,9	1.834.358,6	310.270,8	8.721,3	6.184,0	383.125,3	389.309,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.293.503,2	372.681,5	158.360,2	114.527,4	395.423,6	509.951,1	1.923.727,2	492.570,4	138.562,5	123.988,6	480.536,8	604.525,4
Ministério da Fazenda	1.547.460,2	431.712,0	158.573,8	155.425,2	523.927,8	679.353,0	1.058.155,7	272.635,6	96.327,0	95.961,1	787.927,5	883.888,6
Ministério da Educação	9.229.377,5	3.269.983,8	738.830,6	695.253,5	3.331.619,4	4.026.872,8	14.589.361,1	5.916.423,0	2.981.189,0	2.955.742,1	3.758.442,4	6.714.184,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	67.405,3	5.822,8	1.894,5	1.662,8	13.588,0	15.250,8	213.333,8	16.255,0	9.502,4	9.417,7	38.319,8	47.737,5
Ministério da Justiça	1.503.553,8	64.975,1	37.778,6	37.196,7	280.146,6	317.343,3	2.191.140,0	215.228,8	26.387,9	23.890,1	323.387,5	347.277,6
Ministério de Minas e Energia	205.136,1	11.872,1	2.116,7	1.930,7	26.484,8	28.415,5	124.821,4	32.905,6	8.599,4	8.308,3	22.855,3	31.163,6
Ministério da Previdência Social	165.722,4	17.739,1	3.063,3	2.113,8	130.603,4	132.717,2	277.418,4	70.053,3	8.381,8	5.198,5	49.610,1	54.808,6
Ministério Público da União	298.841,0	28.010,3	9.779,9	9.740,6	106.378,2	116.118,9	209.780,9	14.523,1	2.127,7	1.988,7	199.959,8	201.948,5
Ministério das Relações Exteriores	66.965,0	5.804,3	5.074,1	5.072,9	1.248,9	6.321,8	72.070,0	27.054,5	25.227,2	25.219,9	1.366,5	26.586,4
Ministério da Saúde	4.944.560,3	768.194,3	192.699,2	190.038,3	1.232.267,7	1.422.306,0	10.396.922,1	2.212.917,0	621.886,7	618.394,0	1.634.768,7	2.253.162,7
Ministério do Trabalho e Emprego	93.560,6	9.976,5	1.159,5	1.159,0	16.027,4	17.186,4	90.043,3	13.071,0	5.040,3	5.038,1	14.898,1	19.936,2
Ministério dos Transportes	17.443.071,1	7.933.038,8	1.762.744,8	1.560.561,8	6.153.639,3	7.714.201,1	17.784.813,1	6.191.129,3	735.549,8	722.510,3	3.857.034,8	4.579.545,1
Ministério das Comunicações	348.751,4	55.798,1	760,3	448,5	77.106,7	77.555,1	451.559,0	6.874,8	804,0	406,9	50.594,5	51.001,4
Ministério da Cultura	559.202,7	14.652,5	2.044,2	2.020,4	60.233,7	62.254,1	649.145,9	319.683,2	13.610,1	13.562,3	56.447,7	70.010,0
Ministério do Meio Ambiente	295.774,4	11.796,2	5.664,0	5.370,8	32.996,1	38.366,9	244.830,2	14.297,6	2.397,7	2.379,3	36.924,8	39.304,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.986.100,9	316.306,2	71.446,8	71.446,8	282.783,0	354.229,8	3.535.486,4	318.158,5	184.395,5	184.206,4	470.774,6	654.981,0
Ministério do Esporte	1.441.920,3	11.659,9	2.550,2	2.550,2	73.390,8	75.941,0	1.469.869,1	323.316,9	326,0	326,0	241.424,3	241.750,3
Ministério da Defesa	6.784.259,7	3.266.607,0	979.754,2	959.225,5	2.938.104,9	3.897.330,4	11.409.321,8	4.568.138,3	1.829.273,0	1.779.722,3	2.078.663,9	3.858.386,3
Ministério da Integração Nacional	4.926.395,0	877.800,5	443.416,5	431.947,1	1.491.885,3	1.923.832,4	6.782.288,7	1.995.051,2	684.559,0	682.936,3	1.308.105,4	1.991.041,7
Ministério do Turismo	2.644.014,8	31.856,3	664,9	664,5	276.833,9	277.498,4	1.907.944,5	367.292,6	3.133,0	2.933,5	518.681,9	521.615,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	215.741,0	88.263,9	53.785,7	53.785,7	79.792,5	133.578,2	1.172.864,4	333.116,5	161.288,8	161.288,8	354.661,5	515.950,3
Ministério das Cidades	17.081.808,1	1.422.650,4	201.772,0	201.676,1	5.573.757,8	5.775.433,9	17.982.359,6	6.665.441,2	2.120.972,1	2.118.254,1	10.417.313,0	12.535.567,1
Ministério da Pesca e Agricultura	286.369,5	17.159,9	108,6	108,6	48.919,6	49.028,2	125.848,5	5.126,5	535,3	535,3	46.923,3	47.458,6
Conselho Nacional do Ministério Público	286.369,5	68,3	36,4	36,4	854,3	890,6	18.511,8	208,4	-	-	4.169,8	4.169,8
TOTAL	**78.065.254,6**	**19.858.678,5**	**5.291.692,3**	**4.941.227,4**	**25.008.795,6**	**29.950.023,0**	**102.325.751,8**	**32.184.496,3**	**10.782.358,5**	**10.607.742,9**	**28.149.823,6**	**38.757.566,5**

Dados sujeitos à alteração.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

[1] "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

[2] Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

[3] Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

TESOURONACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação
Fundos de Participação dos
Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVII - nº 7 - Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

JULHO / 2012

Comentários

Em julho de 2012 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -25,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R$ 6.559.302 (mil), ante R$ 8.783.604 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2011			2012			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Até Julho	Junho	Julho	Até Julho	Jul/12 Jun/12	Jul/12 Jul/11	até Jul 12/11
FPM	4.411.047,9	3.752.371,9	30.008.942,2	4.491.615,9	3.354.188,6	31.592.847,2	-25,3%	-10,6%	5,3%
FPE	4.215.001,2	3.585.599,6	28.675.210,3	4.291.988,4	3.205.113,4	30.188.719,6	-25,3%	-10,6%	5,3%
IPI-Exp	276.501,2	271.733,1	1.931.840,6	287.781,5	268.367,4	1.876.409,0	-6,7%	-1,2%	-2,9%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JULHO	-31,0%	-25,3%	-31,0%	-25,3%	-8,0%	-6,7%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+7,0%	-1,0%	+11,0%
IPI - EXP	+7,0%	+4,0%	+12,0%

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2012 a 20/07/2012, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUN/3º DEC	2.076.246	6.973.509	9.049.755	JUL/1º DEC	1.556.558	1.628.956	166.100	**3.351.613**
JUL/1º DEC	781.501	1.686.764	2.468.265	JUL/2º DEC	424.542	444.288	62.520	**931.349**
JUL/2º DEC	496.846	6.619.515	7.116.360	JUL/3º DEC	1.224.014	1.280.945	39.748	**2.544.707**
TOTAL	**3.354.592**	**15.279.788**	**18.634.380**	**TOTAL**	**3.205.113**	**3.354.188**	**268.367**	**6.827.669**

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	16.641,5	109.646,9	25,6
ALAGOAS	AL	79.838,0	133.335,9	375,0
AMAZONAS	AM	49.615,6	89.435,5	1.941,1
AMAPÁ	AP	11.926,3	109.358,5	456,4
BAHIA	BA	305.029,6	301.158,9	13.983,1
CEARÁ	CE	174.956,4	235.156,0	1.757,9
DISTRITO FEDERAL	DF	5.637,3	22.121,7	263,3
ESPÍRITO SANTO	ES	59.128,1	48.076,7	16.411,3
GOIÁS	GO	122.380,6	91.124,6	4.456,1
MARANHÃO	MA	139.520,0	231.351,5	2.652,2
MINAS GERAIS	MG	439.422,7	142.771,8	40.612,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	50.927,5	42.692,1	3.739,9
MATO GROSSO	MT	61.213,7	73.970,8	3.102,3
PARÁ	PA	123.384,8	195.896,5	17.271,8
PARAÍBA	PB	108.363,9	153.489,7	285,9
PERNAMBUCO	PE	168.228,4	221.159,2	1.267,3
PIAUÍ	PI	88.914,6	138.505,8	60,5
PARANÁ	PR	227.862,4	92.409,8	20.249,2
RIO DE JANEIRO	RJ	101.104,7	48.964,5	48.142,8
RIO GRANDE DO NORTE	RN	84.489,4	133.906,4	224,2
RONDÔNIA	RO	28.395,6	90.243,2	370,2
RORAIMA	RR	9.231,0	79.509,2	16,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	227.206,5	75.474,0	22.816,9
SANTA CATARINA	SC	130.575,4	41.019,0	14.009,5
SERGIPE	SE	50.038,0	133.182,1	96,4
SÃO PAULO	SP	442.503,6	32.051,1	53.673,5
TOCANTINS	TO	47.652,9	139.101,9	106,1
TOTAL		**3.354.188,6**	**3.205.113,4**	**268.367,4**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
Fone: (61) 3412-1588/1596 - Fax: (61) 3412-1519
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br